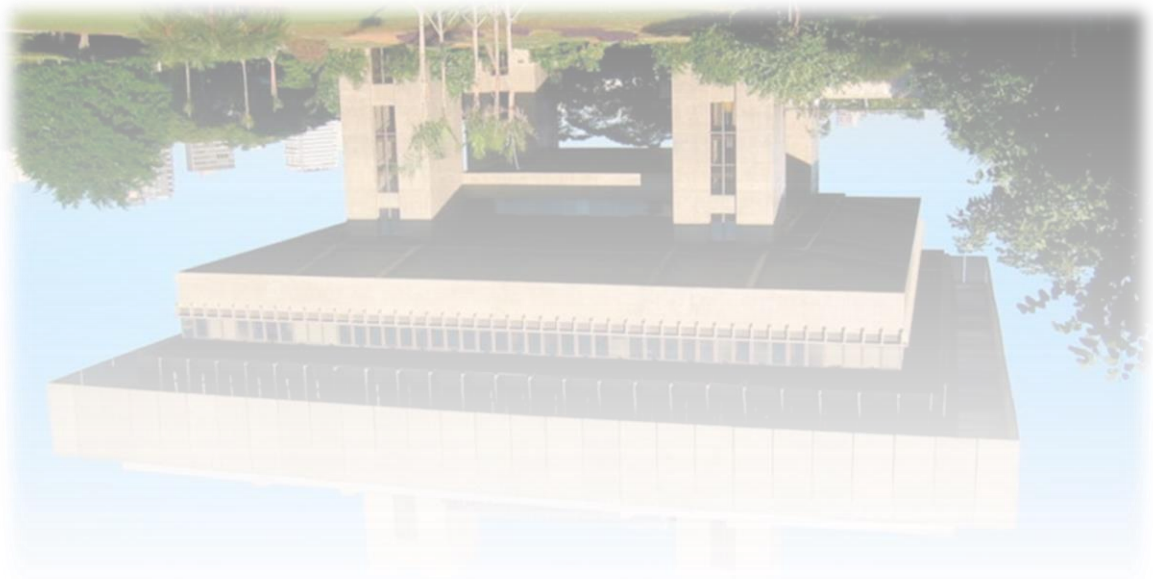


RELATÓRIO DE ATIVIDADES

TCMSP



1º Trimestre de 2026

TCMSP

CONSELHEIROS

Domingos Odone Dissei – **Presidente**

Ricardo Ezequiel Torres – **Vice-Presidente**

Roberto Tanzi Braguim - **Corregedor**

João Antonio da Silva Filho

Eduardo Tuma

Unidades Técnicas

Secretaria-Geral (SG) – Elio Esteves Junior

Secretaria de Controle Externo (SCE) – Rafael Valverde Arantes

Secretaria Administrativa (SA) – Glaucio Teixeira Tavares

Núcleo de Governança e Gestão (NGG) – Carolina Rocha Malheiros

Unidade de Informações Estratégicas (UIE) – Luciana C. C. Guerra

Núcleo de Jurisprudência e Súmula – João Vieira Barros

Ouvidoria – Paulo Muanis do Amaral Rocha

Coordenadoria Processual – Ramon Dumont Ramos

Núcleo de Auditoria Interna – Marcos Chust

Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) – Ricardo Ferreira Santos

Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) – Ricardo E.L.O. Panato

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. O TCMSP	4
2.1. Competência	4
2.2. Jurisdição e Jurisdicionados	5
2.3. Estrutura	5
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	7
3.1. Monitoramento – 1º Trimestre 2026	8
4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	10
4.1. Atividades Diretas de Fiscalização	10
4.1.1. Atividades com objeto definido	12
4.1.2. Atividades sem objeto definido	18
4.1.3. Análises de aposentadorias, pensões e atos de admissão de pessoal	20
4.2. Fiscalização em números	21
4.2.1. Montante fiscalizado no 1º trimestre de 2026	21
4.2.2. Benefícios quantificados da atuação de controle externo	22
4.2.2.1. Benefícios quantificados financeiros	23
4.2.2.2. Benefícios quantitativos não financeiros	25
4.2.2.3. Benefícios qualitativos	25
4.2.3. Visitas in loco	26
4.2.4. Mesas Técnicas	28
4.2.5. Fiscalizações com utilização de serviços tecnológicos	28
4.2.6. Concomitância das fiscalizações	29
4.3. Montante fiscalizado no 1º trimestre de 2026	31
5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS	34
6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	37
6.1. Ouvidoria	37
6.1.1. Manifestações	37
6.1.2. Índices de satisfação	37
6.1.3. Canais de recebimento de manifestações	37
6.1.4. Classificação das manifestações	38
6.1.5. Pesquisa de Satisfação	39
6.2. Câmara Municipal de São Paulo	39
6.3. Outras Entidades	41
6.4. Parcerias e/ou Convênios firmados	42

6.4.1. Parcerias	42
6.4.2. Convênios	42
6.5. Sociedade (IRIS, Cidadania em Contas....)	42
7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	43
7.1. Execução Orçamentária e Financeira	43
7.1.1. Receitas	43
7.1.2. Despesas	43
7.1.3. Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município	44
7.2. Gestão de Pessoas	44
7.2.1. Introdução	44
7.2.1.1. Indicadores de Capacitação - Primeiro trimestre de 2026	46
7.2.1.2. Comparativo - Realização de Capacitação Planejada (LND/GIEP) - anos 2026/2025	47
7.2.1.3. Indicadores de Capacitação com base na Meta Anual - Áreas certificadas pela ISO/9001 (SCE/ETQC/GRT-URT) - Ano 2026	47
7.2.1.4. Trilhas de Capacitação – TCMSP	47
7.2.1.5. Ecos do Comportamento	47
7.2.1.6. Coordenação de Estágios – TCMSP	48
7.2.1.7. Atividades Diversas	49
7.3. Gestão Patrimonial	56
8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	57
8.1. Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados	57
8.2. Unidade Técnica de Suporte ao Usuário	58
8.2.1. Sistemas de conectividade;	58
8.2.2. Sistemas e aplicativos de videoconferência;	58
8.2.3. Sistemas corporativos.	58
8.2.4. Gerenciamento e controle	59
8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas	60
8.3.1. Sistemas desenvolvidos internamente	60
8.3.2. Projetos estratégicos em desenvolvimento	61
8.4. Inteligência Artificial	61
8.5. Governança e Atividades Institucionais	61
8.6. Cooperações Técnicas e Capacitação	62
9. NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA – NAI	63
9.1. Execução de Atividades por Tema	63
9.1.1. Gestão da Unidade	63
9.1.2. Avaliação	63

9.1.3. Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira	63
10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS – TCMSP	64
10.1. Coordenadoria de Cursos de Extensão	64
10.2. Coordenadoria de Pós-Graduação	65
10.3. Coordenadoria de Palestras e Eventos	66
10.4. Coordenadoria de Parcerias e Convênios	67
10.5. Revista Simetria do TCMSP	68
10.6. Observatório Políticas Públicas (OPP)	70
ANEXO I – TCMSP EM NÚMEROS (1º TRIMESTRE DE 2026)	72
ANEXO II – ÓRGÃOS JURISDICIONADOS DO TCMSP (1º TRIMESTRE DE 2026)	73

1. INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS REALIZADAS PELO CONSELHEIRO PRESIDENTE DOMINGOS DISSEI NO 1º TRIMESTRE DE 2026:

28/01/2026 - Posse da Mesa Diretora do TCMSP para 2026 – O Presidente Conselheiro Domingos Dissei tomou posse para o segundo ano de mandato, bem como o Vice-Presidente, Conselheiro Ricardo Torres, e o Corregedor do Tribunal, Conselheiro Roberto Braguim. Conforme a composição definida pelo colegiado para 2026, a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) permanece sob a supervisão do Conselheiro João Antônio e o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) continua sob a direção geral do Conselheiro Eduardo Tuma. A Sessão foi conduzida pelo Secretário-Geral, Élio Esteves.

10/02/2026 – Assinatura de acordo de cooperação com o Centro Paula Souza, por meio da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas -EGC, para o desenvolvimento de atividades educacionais, técnicas e culturais, com destaque para a realização do Curso Machado de Assis. Além do Conselheiro Presidente Domingos Dissei, participaram do evento, o Conselheiro Supervisor da EGC, João Antonio da Silva Filho, o Diretor Presidente da EGC, Ricardo Panato, a Chefe de Gabinete da Escola, Danielle Bello, o Chefe de Gabinete da Presidência, Rubens Chammas, e o Secretário de Controle Externo, Rafael Arantes. Representando o Centro Paula Souza, o Presidente Clóvis de Souza Dias, o Coordenador Geral Vicente Mellone Junior, a Coordenadora de Gestão de Talentos Desenvolvimento de Pessoas e Bem-Estar, Karen dos Reis Fernandes Teixeira, a Chefe de Divisão de Aperfeiçoamento Pedagógico e Desenvolvimento Profissional, Juliana Ferreira de Vales, e a Assistente Técnico IV, Vanessa de Almeida Silva.

25/02/2026 – Cerimônia de Posse da Atricon para o Biênio 2026/2027 – O Conselheiro Presidente Domingos Dissei esteve em Brasília para prestigiar o evento de posse da nova gestão da Atricon. Durante o evento, o Vice-Presidente do TCM, Conselheiro Ricardo Torres, tomou posse como Vice-Presidente de Tecnologia e Inovação, e o Conselheiro João Antônio, como Diretor de Relações Internacionais.

27/02/2026 – Lançamento da Sala do Clima do Tribunal, por iniciativa do Conselheiro Presidente Domingos Dissei. A Sala do Clima foi concebida como um espaço permanente de análise, articulação e produção de conhecimento. Com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da governança climática, ampliar a transparência dos gastos públicos e assegurar a proteção das atuais e das futuras gerações. A coordenação da iniciativa ficará a cargo do Dr. Gilberto Natalini, referência nacional na área ambiental. Estiveram presentes no evento: o Secretário Executivo de Mudanças Climáticas, José Renato Nalini; o Conselheiro do TCE-AM; Júlio Pinheiro; a advogada e Presidente da Comissão do Clima da OAB-SP, Rosa Ramos; o biólogo e professor IB-USP e IEA-USP, professor Marcos Buckeridge; o ambientalista Fábio Feldmann; o gerente de advocacy no Centro Brasil no Clima, Victor Anequini. O Diretor-Presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, Ricardo Panato; o Chefe de gabinete da Presidência, Rubens Chammas e a Assessora Élcita Ravelli, também participaram.

02/03/2026 – Reunião Institucional com a Procuradoria Geral do Município – PGM para tratar da modernização e da padronização dos editais de licitação e contratos administrativos em alinhamento à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). O diálogo entre as instituições teve como objetivo o aperfeiçoamento dos instrumentos licitatórios, com foco na segurança jurídica, na eficiência administrativa e na adoção de boas práticas compatíveis com o novo marco legal. Participaram do evento a Procuradora Geral, Luciana Nardi, a Chefe da Assessoria Jurídica da PGM, Ticiane Nascimento de Souza Salgado; o Procurador Rodrigo Miragaya; e o Diretor do CEJUR, Roberto Angotti Junior; os Procuradores Carlos José Galvão e Tiago Rossi da Procuradoria Fiscal do Município (PFM). Pelo Tribunal, o Secretário Geral, Elio Esteves; o Chefe de Gabinete da Presidência, Rubens Chammas; o Secretário de Controle Externo, Rafael Arantes; o Assessor Jurídico Chefe, Sandro Mongelli; e o Diretor Presidente da EGC, Ricardo Panato.

Na ocasião, também foi assinado um Acordo de Cooperação entre a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) e o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município (CEJUR). O objeto do acordo é a promoção, o desenvolvimento e a execução de projetos e atividades para formação, treinamento e qualificação dos corpos técnicos e funcionais das partes cooperantes, bem como da sociedade civil em geral.

12/03/2026 – Reunião na sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA SP, com a Presidente do CREA-SP, Lúgia Mackey; o Secretário Executivo, Holmes Napolini; Diretora Técnica, Gisele Vazquez; e com os Assessores da Presidência, Maurício Pinterich e Lucas Costa; para apresentação da Sala do Clima do Tribunal. O Conselheiro Presidente foi representando pelo Chefe de Gabinete da Presidência, Rubens Chammas; juntamente com Coordenador da Sala do Clima, Gilberto Natalini; o Assessor da Presidência, Amândio Martins; a Assessora de Gabinete do Conselheiro Domingos Dissei, Dilian Guimarães; e o Assessor de Gabinete do Conselheiro Ricardo Torres, Vinícius Caruso.

13/03/2026 – Reunião na sede do Instituto de Engenharia - IE, para apresentar a Sala do Clima e discutir o fortalecimento da governança climática. A equipe do Tribunal foi recebida pelo Presidente do IE, José Eduardo Jardim; o Conselheiro José Eduardo Cavalcanti; o Associado convidado, Renato Pimentel Mendes; o Associado convidado, Henrique Dias de Faria; Presidente do Conselho Consultivo, o Alfredo Savelli; Coordenador da Divisão Técnica Indústria de Petróleo, Gás, Bioenergética, Mineração e Dutovias, José Jaime Sznelwar. O Conselheiro Presidente foi representando pelo Chefe de Gabinete da Presidência, Rubens Chammas; o Assessor da Presidência, Amândio Martins, o Chefe de Gabinete do Conselheiro Domingos Dissei, Pedro Evangelista; o Coordenador da Sala do Clima, Gilberto Natalini; a Assessora Dilian Guimarães; e o Assessor do gabinete do Conselheiro Ricardo Torres, Vinícius Caruso.

31/03/2025 – O Secretário da Fazenda Municipal de São Paulo, Luís Felipe Vidal Arellano, o Subsecretário do Tesouro, Henrique de Castilho Pinto, e o Diretor do Departamento de Contadoria, Emerson Onofre Pereira, estiveram no Tribunal para entrega do Balanço Geral de Contas do Executivo da Cidade. Os documentos referentes ao ano-exercício 2025 foram submetidos oficialmente para análise deste Tribunal. O Vice-Presidente da corte, Conselheiro Ricardo Torres, e os Conselheiros Roberto Braguim e João Antônio da Silva Filho, acompanharam.

2. O TCMSP

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) foi criado pela Lei Municipal 7.213, de 20 de novembro de 1968. É um órgão público municipal, independente, autônomo, com orçamento próprio e corpo técnico qualificado. Tem a função de auxiliar a Câmara Municipal no controle externo da fiscalização orçamentária do município de São Paulo.

A missão dos Tribunais de Contas no Brasil e a extensão de suas competências estão definidas nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal. No caso do TCMSP, sua atuação está disciplinada na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município e Lei Orgânica do TCMSP – Lei nº 9167/80, regulamentada pelo Regimento Interno.

Nesse sentido, o TCMSP é um legítimo instrumento para o efetivo exercício da cidadania, pois além de atuar por sua própria iniciativa, sem provocação, sua Lei Orgânica e seu Regimento Interno preveem mecanismos de participação da sociedade diretamente ou por seus representantes, como os institutos da Representação e da Denúncia.

Integrado por cinco Conselheiros, assim é composto o Colegiado do TCMSP:

- ❖ **Presidente – Domingos Dissei**
- ❖ **Vice-Presidente – Ricardo Torres**
- ❖ **Conselheiro - Corregedor – Roberto Braguim**
- ❖ **Conselheiro – João Antonio**
- ❖ **Conselheiro – Eduardo Tuma**

2.1. Competência

Cabe ao TCMSP a fiscalização da Administração pública municipal mediante o controle da legalidade das contratações públicas, auferir se os recursos advindos dos tributos pagos pelos cidadãos estão sendo devidamente empregados pelos gestores públicos e avaliar a qualidade dos bens e serviços públicos que estão sendo prestados pelo poder público.

2.2. Jurisdição e Jurisdicionados

O TCMSP tem jurisdição sobre pessoas e matérias sujeitas à sua competência, abrangendo todo aquele que arrecadar ou gerir dinheiro, valores e bens do Município ou pelos quais responda, bem como os administradores das entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas pelo Município.

No **Anexo II** apresentamos os Órgãos jurisdicionados do TCMSP com a indicação do respectivo Conselheiro Relator.

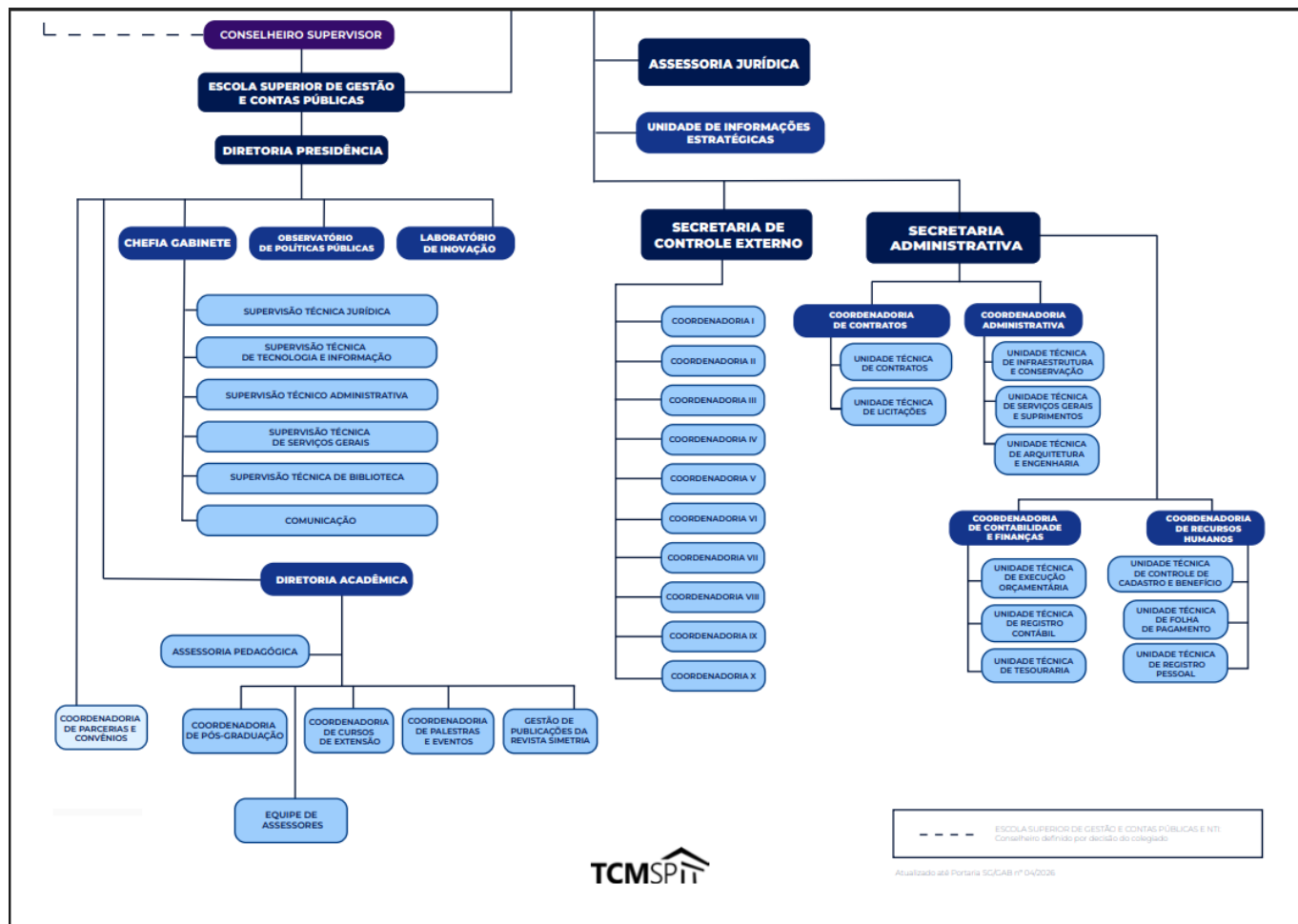
2.3. Estrutura

Com o objetivo de cumprir suas competências institucionais o TCMSP está assim organizado:

Parte 1



Parte 2



3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico 2025-2029 do TCMSP¹ foi elaborado com base na metodologia prevista no Manual de Gestão Estratégica da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) adaptada à realidade local, no diagnóstico organizacional e nos direcionamentos propostos pela Alta Administração do Tribunal.

No PE 2025-2029 foram priorizados três grandes produtos com a finalidade de gerar impacto na sociedade por meio de uma gestão responsável e eficiente dos recursos públicos municipais, da melhoria da qualidade dos serviços públicos e da vida na cidade de São Paulo.

Esses produtos se materializaram em projetos estratégicos que foram submetidos à apreciação e à aprovação do Comitê de Gestão Estratégica. Foram aprovados os seguintes projetos:

Produto 1: Maior efetividade nas decisões em processos de fiscalização de execução de contratos e instrumentos congêneres.

- Projeto “Grandes Contratações da PMSP” – unidade responsável: Secretaria de Controle Externo (SCE).

Produto 2: Maior celeridade na análise e julgamento dos processos de aposentadoria e pensão.

- Projeto “Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensões” – unidade responsável: Secretaria de Controle Externo (SCE).

Produto 3: Aperfeiçoamento de rotinas processuais por meio da automatização.

- Projeto “Portal do Jurisdicionado” – unidade responsável: Coordenadoria Processual

- Projeto “Plenário Virtual” – unidade responsável: Coordenadoria Processual

- Projeto “Pauta Eletrônica” – unidade responsável: Coordenadoria Processual

¹ Disponível em:

https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_visualizar.php?E29_r2rrwH7DFdiRCwXJ8x0MQMgmiYAem5xnWCJknJm8Qn_T_kUuHEz21IuJ5w5gz4DJVTrOFXyz8WDsHSmfTYrLDbj5UEMSLKpJb_2onM1slhTB-N7fuJYtloha2YS

Nesse primeiro trimestre de 2026 foram realizadas reuniões com os gerentes e os patrocinadores para avaliar a evolução e as dificuldades eventualmente enfrentadas no desenvolvimento dos respectivos projetos.

Além dos projetos estratégicos, há projetos setoriais em execução, quais sejam: “Sistema de Auditoria”; “Sistema de Jurisprudência”; “Inventário de Dados Pessoais e Fluxo de Tratamento de Dados”; e “Automação de Rotinas Processuais - cadastro automatizado de procuradores”.

Tanto os projetos estratégicos como os setoriais estão em andamento, com a participação ativa, efetiva e imprescindível das unidades do TCMSP.

3.1. Monitoramento – 1º Trimestre 2026

O acompanhamento dos projetos estratégicos é realizado mensalmente e dos setoriais, trimestralmente, pelo Núcleo de Governança e Gestão (NGG), por meio de sistema de monitoramento que reúne as informações encaminhadas pelas unidades sobre a evolução de cada projeto. Tal monitoramento é publicado na intranet e pode ser consultado no eTCM 021126/2024.

No quadro a seguir, são apresentados os projetos em andamento em 2026:

Quadro 3.1. – Projetos em andamento – exercício 2026

	EM EXECUÇÃO	
	Estratégico	Setorial
Projeto	5 ²	4 ³
TOTAL	5	4

Fonte: eTCM 021126/2024

² Projetos Estratégicos em execução: “Grandes Contratações da PMSP”, “Sistema de Análise de Aposentadoria e Pensões”, “Portal do Jurisdicionado – Módulo Processual”, “Plenário Virtual” e “Pauta Eletrônica”.

³ Projetos Setoriais: “Sistema de Auditoria”; “Sistema de Jurisprudência”; “Inventário de Dados Pessoais e Fluxo de Tratamento de Dados” e “Automação de rotinas processuais – Cadastro automatizado de procuradores”.

Destaca-se que em 2025, foram concluídos a ação “Repositório de Produção Intelectual e Científica” e dois projetos setoriais: “Política de Segurança da Informação do TCMSP” e “Automação de rotinas processuais – certidões de trânsito em julgado de processos de aposentadoria e pensão”. Os demais projetos estão em evolução constante.

Ressalta-se, ainda, que em 2025 um projeto estratégico foi encaminhado ao banco de projetos, qual seja, “Procedimento incidental de cumprimento de decisão cautelar”, o qual aguarda momento oportuno para avaliação e início do projeto.

É importante salientar que muitos projetos necessitam da atuação do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e que, em virtude das inúmeras demandas internas, foi estabelecida uma prioridade no atendimento dos projetos.

4. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

Nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, artigo 48, parágrafo 5º, que trata do encaminhamento pelo TCMSP do relatório de suas atividades à Câmara Municipal, a Secretaria de Controle Externo (SCE) apresenta seu relatório trimestral de prestação de contas do Plano Anual de Fiscalização (PAF), abrangendo o período de janeiro a março de 2026.

Ao todo, foram realizados **6.028 Dias Úteis de Servidor de Fiscalização (DUSFs)** em atividades diretas de fiscalização, representando 28% do total previsto no PAF 2026 (**21.689 DUSFs**)

4.1. Atividades Diretas de Fiscalização

As atividades diretas de fiscalização compreendem aquelas relacionadas diretamente ao processo de fiscalização realizado pelas equipes de auditoria, e podem ser classificadas entre atividades com objeto definido no PAF e atividades sem objeto definido no PAF.

No PAF 2026, inicialmente foram planejados 21.689 DUSFs para atividades diretas de fiscalização e, deste total, foram realizados, até o final de março, **6.028 DUSFs** (27,8%). Já a quantidade de tarefas previstas no PAF 2026 foi de 13.508, e concluídas até o final de março um total de 3.660. Nestes totais estão incluídas as Análises de aposentadorias e pensões, que serão apresentadas em subitem específico deste relatório.

O quadro a seguir apresenta o panorama geral da quantidade de DUSFs e de tarefas planejados e realizados para essas atividades em 2026.

Quadro 4.1. – Atividades Diretas de Fiscalização: DUSFs e Tarefas Previstos vs. Realizados em 2026

Tipo de atividade	Quantidade de DUSFs		Quantidade de Tarefas	
	Previsto	Realizado	Previsto	Concluído
Acompanhamento	5.230	1.032	99	16
Análise	2.529	611	12.527	3.367
Análise de função de governo	532	99	7	0
Auditoria	3.856	1.309	28	3
Cessão Interna de Servidor	126	0	0	0
Fiscaliz. Coord. c/ outros TCs	58	0	1	0
Informações gerais	714	253	35	27

Tipo de atividade	Quantidade de DUSFs		Quantidade de Tarefas	
	Previsto	Realizado	Previsto	Concluído
Inspeção	894	339	23	3
Manifestação	3.405	1.017	428	149
Mesas técnicas	40	1	24	1
Monitoramento	208	9	14	0
Relatório anual	1.839	660	9	0
Representação	1.030	211	210	51
Retorno	938	321	103	40
Revisão de trabalhos pós-SCE	290	36	0	3
Revisão de trabalhos - UTAP	0	131	0	0
Total	21.689	6.028	13.508	3.660

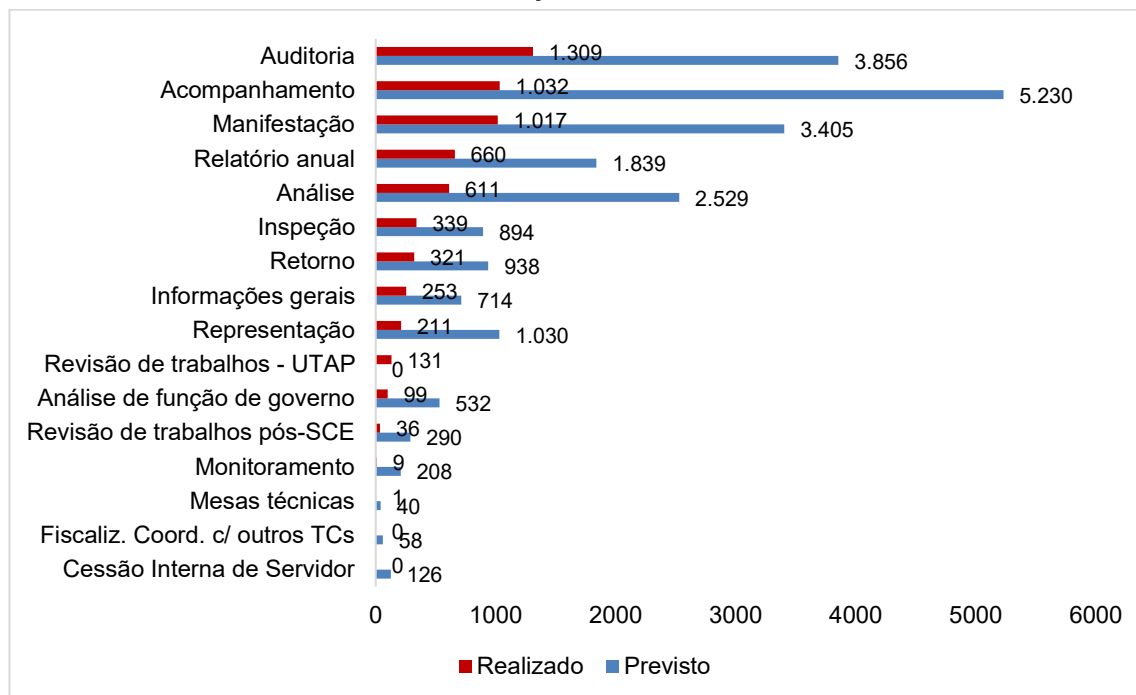
Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

As atividades de fiscalização que apresentaram maior quantidade de DUSFs executados foram as Auditorias (1.309 DUSFs), seguidas pelas atividades de Acompanhamentos (1.032 DUSFs) e das Manifestações (1.017 DUSFs).

Registre-se que a quantidade de DUSFs apresentada na coluna “realizado” considera aqueles dias úteis trabalhados no respectivo tipo de atividade no período analisado (1º trimestre), tanto nas tarefas já finalizadas (coluna “concluído”), quanto nas que ainda estão em andamento.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição de DUSFs por cada tipo de atividade.

Gráfico 4.1.– Atividades Diretas de Fiscalização: DUSFs Previstos vs. Realizados em 2026



Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

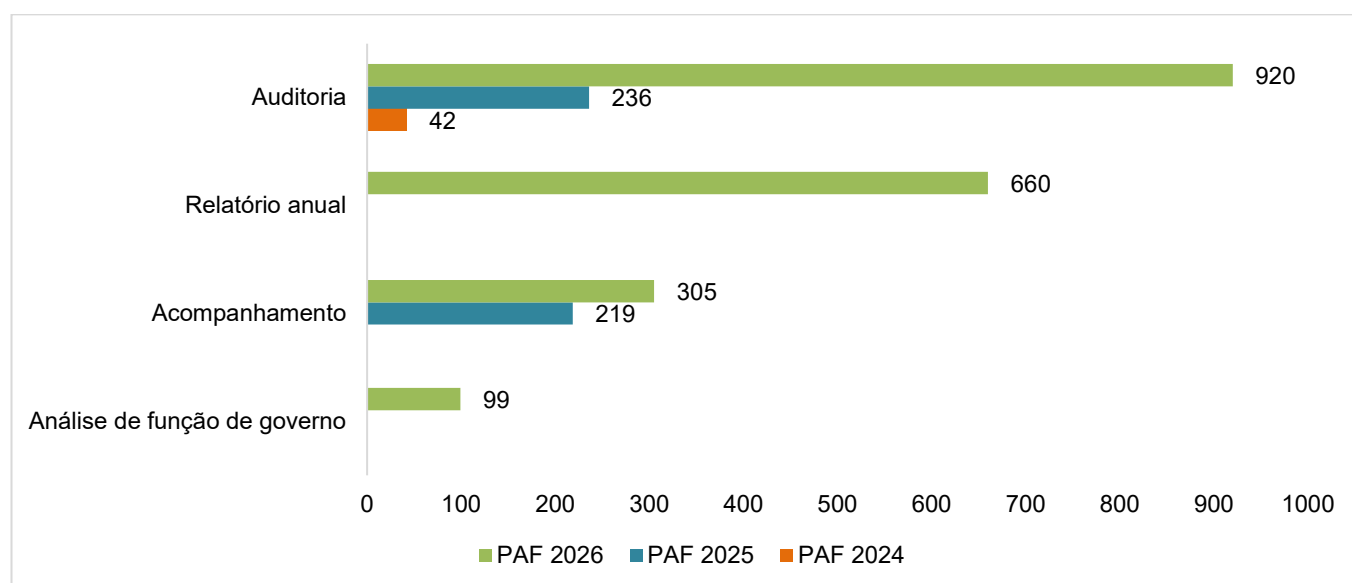
A seguir, são apresentadas informações mais detalhadas sobre essas atividades para o exercício de 2026 organizadas entre aquelas com objeto definido e as atividades sem objeto definido.

4.1.1. Atividades com objeto definido

As atividades com objeto definido são aquelas para as quais, no momento da elaboração do Plano Anual de Fiscalização (PAF), já se encontram previamente identificados os objetos a serem fiscalizados. Essa categoria contempla diferentes tipos de trabalhos, como Auditorias, Acompanhamentos, Análises, Relatórios Anuais de Fiscalização e Análises de Funções de Governo.

No decorrer do 1º trimestre de 2026, foram realizados 2.481 DUSFs com atividades de fiscalização que possuíam objeto definido no PAF, incluindo os planejamentos de 2024 a 2026, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 4.2. – Atividades de fiscalização com Objeto Definido – DUSFs realizados

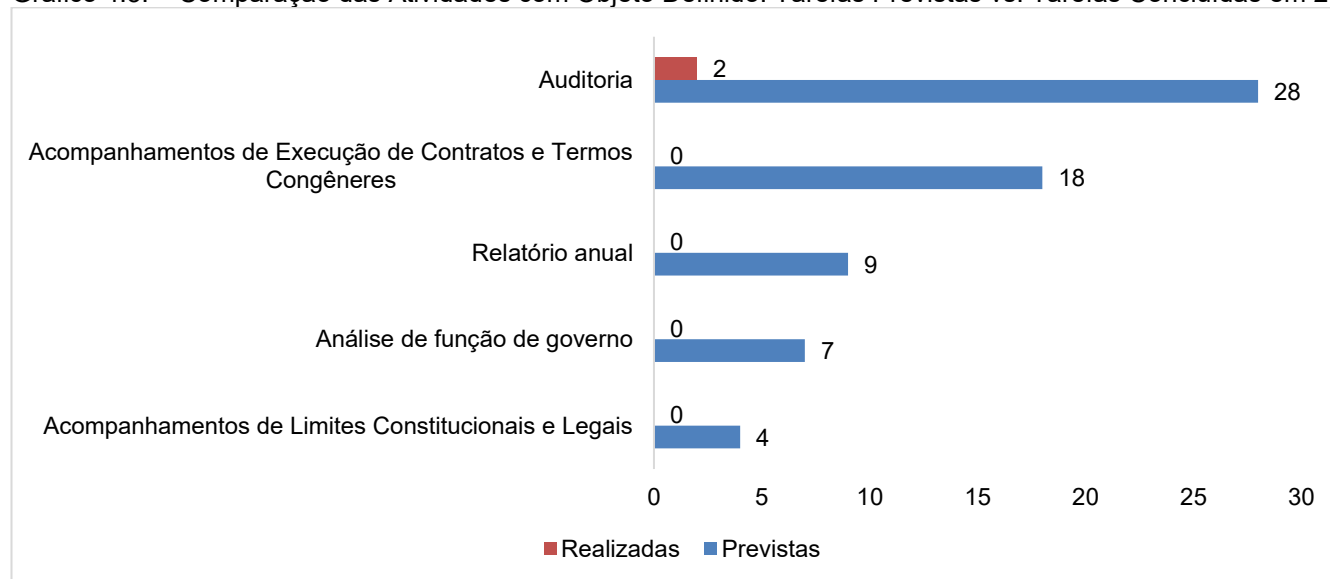


Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

Especificamente no âmbito do PAF 2026, foram previstas 66 atividades com objeto definido, distribuídas entre 28 Auditorias, 22 Acompanhamentos, 7 Análises de Funções de Governo e 9 Relatórios Anuais de Fiscalização (RAF).

Até o encerramento do 1º trimestre de 2026, haviam sido **concluídas 2 fiscalizações**, compreendendo as Auditorias subsidiárias do Relatório Anual de Fiscalização (RAF) da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) relacionadas aos **Gastos Mínimos com Saúde e Educação**. O gráfico a seguir resume a situação das fiscalizações com objeto definido previstas no PAF 2026, com base nas informações disponíveis até 31.03.2026.

Gráfico 4.3. – Comparação das Atividades com Objeto Definido: Tarefas Previstas vs. Tarefas Concluídas em 2026



Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

Considerando o período analisado, o andamento dessas atividades é condizente com o esperado. Isso ocorre porque, em geral, tais tarefas englobam trabalhos realizados em épocas específicas — a exemplo dos Acompanhamentos de Limites Constitucionais e Legais, dos Relatórios de Atividades de Fiscalização (RAFs) e das Análises de Funções de Governo — ou demandam um ciclo de execução mais extenso, como as Auditorias e os Acompanhamentos de Execução.

O quadro a seguir apresenta a situação dos Acompanhamentos com objeto definido previstos no PAF 2026 até 31.03.2026.

Quadro 4.2. – Situação dos Acompanhamentos com objeto definido até 31.03.2026

Tipo de Atividade	Objeto de Fiscalização	Órgão	Relator	e-TCM	Situação 31/03
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Termo de Contrato nº 014/2024/SMS-1/CONTRATOS - Contrato de Facilities	SMS	RT	790/2026	Em andamento

Tipo de Atividade	Objeto de Fiscalização	Órgão	Relator	e-TCM	Situação 31/03
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contratos de Gestão	SMS	RT	215/2026	Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contratos de Gestão	SMS	RT	216/2026	Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contratos de Gestão	SMS	JA	2106/2026	Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Concessão dos serviços de recuperação, reforma, requalificação, operação, manutenção e exploração do Mercado Municipal de SANTO AMARO no Município de São Paulo, abrangendo "Projetos Associados" e obrigações acessórias	SP Regula	DD	3601/2026	Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Concessão de serviço de utilidade pública, com uso de bem público, com outorga onerosa, compreendendo a criação, confecção, instalação e manutenção de relógios eletrônicos digitais, de marcação de hora, temperatura, qualidade do ar e outras informações de interesse público, com exploração publicitária.	SPObras	JA	3599/2026	Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contrato PPP para Concessão Administrativa destinada à implantação de HABITAÇÕES de interesse social e mercado popular na cidade de São Paulo, acompanhada de infraestrutura urbana e equipamentos públicos e da prestação de serviços FASE 2	COHABSP	DD		Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contrato PPP para Concessão Administrativa destinada à implantação de HABITAÇÕES de interesse social e mercado popular na cidade de São Paulo, acompanhada de infraestrutura urbana e equipamentos públicos e da prestação de serviços FASE 2	COHABSP	DD		Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contrato PPP para Concessão Administrativa destinada à implantação de HABITAÇÕES de interesse social e mercado popular na cidade de São Paulo, acompanhada de infraestrutura urbana e equipamentos públicos e da prestação de serviços FASE 1	COHABSP	RT		Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contrato 416/SME-SEDP - PPP na modalidade concessão administrativa para a implantação, manutenção e conservação de Centros Educacionais Unificados (CEUs) - Lote 1	SME	RB	3597/2026	Em andamento
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contrato nº 238/SIURB/2023 – Desenvolvimento e Infraestrutura do Sistema de Obras de Artes Especiais	SIURB	RT		Em andamento
Acompanhamento de Limites Constitucionais e Legais	Despesas com Pessoal	CMSP	RB		Não iniciado
Acompanhamento de Limites Constitucionais e Legais	Metas Fiscais, Despesas com Pessoal, Limite da Dívida Pública e Publicações e Transparência das Informações	PMSP	RB		Não iniciado
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contratos de Gestão	SMS	[1]		Não iniciado
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contratos de Gestão	SMS	[1]		Não iniciado
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública do Município de São Paulo, que são	SMSUB	JA		Não iniciado

Tipo de Atividade	Objeto de Fiscalização	Órgão	Relator	e-TCM	Situação 31/03
	compostos por serviços regulares, não regulares e outros serviços - Lote 1				
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública do Município de São Paulo, que são compostos por serviços regulares, não regulares e outros serviços - Lote 2	SMSUB	JA		Não iniciado
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública do Município de São Paulo, que são compostos por serviços regulares, não regulares e outros serviços - Lote 3	SMSUB	JA		Não iniciado
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contrato nº 308/SME/2024 - Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa para a implantação, manutenção e conservação de cinco Centros Educacionais Unificados (CEUs) na cidade de São Paulo. Segundo lote.	SME	JA		Não iniciado
Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contrato nº 2023/0588-01-00 - Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional (SMGO) para monitoramento, planejamento e gerenciamento do Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros da Cidade de São Paulo	SPTrans	RT		Não iniciado

Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

[1] Definição de Relatoria será conforme o edital de chamamento público.

Em relação às Auditorias, das 28 planejadas para realização no PAF 2026, 2 foram concluídas até o final do 1º trimestre, conforme detalhado a seguir:

Quadro 4.3. – Situação das Auditorias previstas no PAF 2026 até 31.03.2026

Tipo de Atividade	Objeto de Fiscalização	Órgão	Relator	e-TCM	Situação 31/03
Auditoria	Gastos com Educação 2025	PMSP	RB	733/2026	Concluída
Auditoria	Gastos com Saúde 2025	PMSP	RB	214/2026	Concluída
Auditoria	PLDO 2027	PMSP	RB		Em andamento
Auditoria	Sistema Municipal de Alfabetização	SME	ET	591/2026	Em andamento
Auditoria	Gestão Escolar	SME	ET	4897/2026	Em andamento
Auditoria	Rede Parceira	SME	ET	4171/2026	Em andamento
Auditoria	Atos de Pessoal e Folha de Pagamento SPTrans 2025	SPTrans	JA	801/2026	Em andamento
Auditoria	RPPS	IPREM	RB	3381/2026	Em andamento
Auditoria	Controles exercidos pela SMS sobre a execução dos contratos de gestão hospitalares firmados com as OSS	SMS	RB	363/2026	Em andamento
Auditoria	Avaliação do dimensionamento de pessoal nos equipamentos de saúde	SMS	RB	4436/2026	Em andamento
Auditoria	Prestação do serviço Atende+ vinculado às Concessões do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros	SMT	RT	382/2026	Em andamento
Auditoria	Contrato(s) decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico 48/SMSUB/COGEL/2023, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços indivisíveis de limpeza pública do Município de São Paulo, que são compostos por serviços regulares, não regulares e outros serviços	SMSUB	JA		Em andamento
Auditoria	Contratos derivados do Edital de Concorrência Eletrônica nº 001/SMSUB/COGEL/2025 - Registro de Preços para a Prestação de Serviços de Conservação de Áreas Verdes e Manejo Arbóreo, à Prefeitura do Município de São Paulo	SMSUB	JA	604/2026	Em andamento

Tipo de Atividade	Objeto de Fiscalização	Órgão	Relator	e-TCM	Situação 31/03
Auditoria	Carteira de Crédito Imobiliário gerida pela SPDA	SPDA	JA	1902/2026	Em andamento
Auditoria	Implementação da metodologia BIM (<i>Building Information Modeling</i>)	PMSP	RT	3002/2026	Em andamento
Auditoria	Programa Pode Entrar - Entidades	COHABSP	DD	2098/2026	Em andamento
Auditoria	Sistemas Satélites do Sistema de Dívida Ativa - SDA	SF	RB	783/2026	Em andamento
Auditoria	Governança e Gestão de TIC da Prodamp-SP	PRODAMSP	RB	750/2026	Em andamento
Auditoria	Governança e Gestão das Contratações de Segurança da Informação	PRODAMSP	RB	741/2026	Em andamento
Auditoria	Segurança alimentar	SMDHC	JA	259/2026	Em andamento
Auditoria	Direitos da população LGBTQIAPN+	SMDHC	JÁ	2223/2026	Em andamento
Auditoria	PLOA 2027	PMSP	RB		Não iniciada
Auditoria	Folha de Pagamento de Ativos PMSP 2026	PMSP	RB		Não iniciada
Auditoria	Sistema Hagape para Concessões dos Cemitérios (contratos 53, 54, 55 e 60/SFMSP/2022).	SP Regula	RB		Não iniciada
Auditoria	Produção privada de unidades de Habitação de Interesse Social (HIS 1 e HIS 2) e de Habitação de Mercado Popular (HMP).	SMUL	ET		Não iniciada
Auditoria	Programa de Recapeamento 2026	SMSUB	JA		Não iniciada
Auditoria	Sistema Integrado de Controle e Avaliação de Parcerias (SICAP)	SMS	RB		Não iniciada
Auditoria	Programa Municipal de Acesso à Cultura	SMC	ET		Não iniciada

Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

Em relação às Análises de Funções de Governo, foram planejadas 7 no PAF 2026, e até o final do 1º trimestre, estavam todas em andamento, conforme o quadro a seguir.

Quadro 4.4. – Situação das Análises de Função de Governo previstas no PAF 2026 até 31.03.2026

Tipo de Atividade	Objeto de Fiscalização	Órgão	Relator	e-TCM	Situação 31/03
Análise de função de governo	Função de Governo Assistência Social - 2025	SMADS	JA		Em andamento
Análise de função de governo	Função de Governo Educação - 2025	SME	ET	1900/2026	Em andamento
Análise de função de governo	Função de Governo Gestão Ambiental - 2025	SVMA	ET		Em andamento
Análise de função de governo	Função de Governo Habitação - 2025	SEHAB	RT	1072/2026	Em andamento
Análise de função de governo	Função de Governo Saúde - 2025	SMS	RB	2872/2026	Em andamento
Análise de função de governo	Função de Governo Transportes - 2025	SMT	JA		Em andamento
Análise de função de governo	Função de Governo Urbanismo - 2025	SMUL	ET		Em andamento

Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

E a situação dos Relatórios Anuais de Fiscalização (RAF) previstos para 2026 era em andamento ou não iniciados ao final do 1º trimestre de 2026, conforme o quadro a seguir.

Quadro 4.5. – Situação dos Relatórios Anuais de Fiscalização previstos no PAF 2026 até 31.03.2026

Tipo de Atividade	Objeto de Fiscalização	Órgão	Relator	e-TCM	Situação 31/03
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	CMSP	RB	3806/2026	Em andamento
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	PMSP	RB	3840/2026	Em andamento
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	TCMSP	JA	2596/2026	Em andamento
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	SPIN	JA	3909/2026	Em andamento
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	FUNDATEC	RB		Não iniciado
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	SPDA	JA		Não iniciado
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	FTMSP	ET		Não iniciado
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	SPCINE	ET		Não iniciado
Relatório anual	Demonstrações contábeis referentes ao ano-base 2025.	FMS	RB		Não iniciado

Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

Além dos trabalhos com objeto definido no PAF 2026, durante o trimestre foram realizadas outras fiscalizações que foram planejadas em exercícios anteriores com objeto definido e que durante o período consumiram recursos na sua realização. O quadro a seguir apresenta a situação atualizada dessas fiscalizações até 31.03.2026.

Quadro 4.6. – Situação das fiscalizações planejadas em PAFs anteriores até 31.03.2026

PAF	Unid. fisc.	Tipo de atividade	Objeto	Órgão	Relator	TC	Situação 31/03
2025	C4	Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Concessão onerosa de uso do Complexo Anhembi para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração	SPTuris	ET	009609/2025	Concluído
2025	C5	Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Contrato de Concessão nº 01/SEME/2019 - Concessão dos Serviços de Modernização, Gestão, Operação e Manutenção do Complexo do Pacaembu.	SEME	DD	000545/2025	Concluído
2023	C7	Auditoria	Desapropriações - Avaliar o procedimento administrativo relativo à indenização dos imóveis e respectivos mecanismos de controle.	SEHAB	DD	020484/2024	Em andamento
2024	C7	Auditoria programada	Vias públicas - Malha viária	SMSUB	JA	016939/2024	Em andamento
2025	C5	Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Concessão dos serviços divisíveis de limpeza urbana no Município de São Paulo - Contrato 026/SSO/04 - Sudeste - Ecourbis.	SP Regula	JA	009623/2025	Em andamento
2025	C5	Acompanhamento de Execução de Contratos e Termos Congêneres	Concessão dos serviços divisíveis de limpeza urbana no Município de São Paulo - Contrato 027/SSO/04 - Noroeste - Loga.	SP Regula	JA	009627/2025	Em andamento

PAF	Unid. fisc.	Tipo de atividade	Objeto	Órgão	Relator	TC	Situação 31/03
2025	C3	Auditoria	Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	IPREM	RB	002341/2025	Em andamento
2025	C5	Auditoria	Controles de apuração da demanda, que impactam diretamente na remuneração das concessionárias, especialmente em razão da adoção da Tarifa Zero aos domingos e feriados na Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros na cidade de São Paulo	SMT	RT	009576/2025	Em andamento
2025	C7	Auditoria	Gerenciamento da infraestrutura predial das unidades escolares.	SME	ET	009991/2025	Em andamento
2025	C8	Auditoria	Auditoria de Segurança da Informação de Redes - SMS	SMS	RB	012622/2025	Em andamento

Fonte: Sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

A situação dessas fiscalizações que se encontravam em andamento ao final de março será atualizada no decorrer do exercício conforme as etapas forem concluídas.

4.1.2. Atividades sem objeto definido

As atividades de fiscalização sem objeto definido no PAF compreendem aquelas para as quais são reservados recursos (DUSFs), porém a definição do objeto se dá durante a execução do PAF conforme a necessidade de priorização das demandas que se apresentarem durante o ano. Ou seja, é a chamada “parcela flexível do PAF”, pois seus DUSFs reservados podem ser usados durante o ano para atender às diversas demandas urgentes de fiscalização.

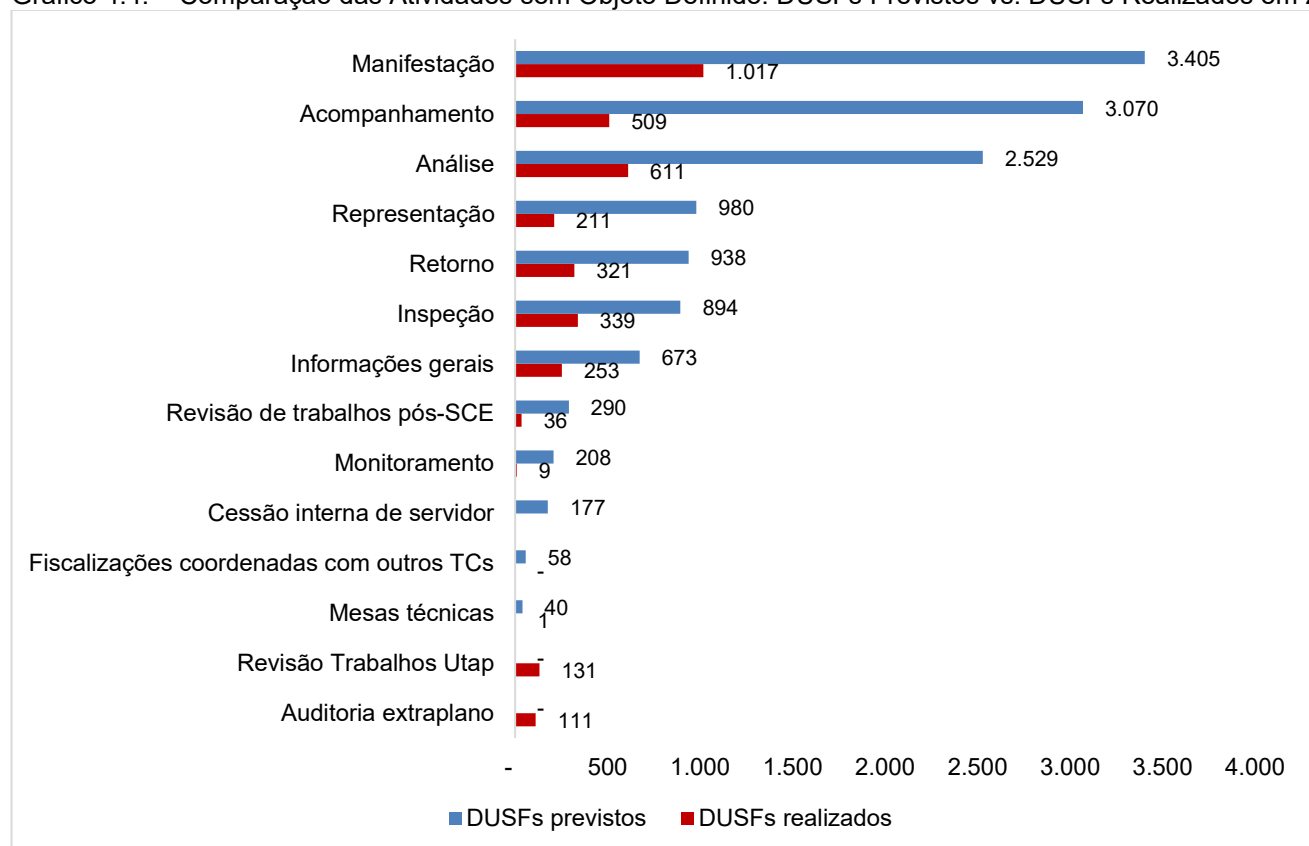
Nesse conjunto de fiscalizações, há alguns tipos que são de realização obrigatória e independem de autorização específica, tais como as Análises de Aposentadorias e Pensões e Acompanhamentos obrigatórios pelo valor, nos termos da Resolução que aprova o PAF (Editais, Desestatizações etc.).

As demais atividades sem objeto definido são executadas durante o ano conforme as prioridades se apresentam, em atendimento a determinações ou mediante autorização dos Conselheiros Relatores, tais como Auditorias (extraplano), Análises, Acompanhamentos (exceto os obrigatórios pelo valor), Inspeções, Mesas Técnicas, Representações, Manifestações, Informações Gerais (incluindo as Ações Ordenadas) etc. Outra parcela de trabalhos desse grupo

se refere a atividades que constituem uma fase do processo de fiscalização, tais como os Monitoramentos.

Do total de 13.262 DUSFs planejados para essas atividades em 2026, **foram realizados 3.547 DUSFs**. O gráfico a seguir apresenta as informações quantitativas sobre o planejamento e a execução de DUSFs para essas atividades.

Gráfico 4.4. – Comparação das Atividades sem Objeto Definido: DUSFs Previstos vs. DUSFs Realizados em 2026



Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

A atividade de fiscalização que apresentou maior consumo de recursos no período foi a de Manifestação (1.017 DUSFs), seguida das Análises (incluindo as de Aposentadorias e Pensões) totalizando 611 DUSFs, e dos Acompanhamentos (exceto os que foram planejados com objeto definido), num total de 509 DUSFs.

Quanto às auditorias extraplano, tanto de PAFs anteriores quanto do exercício de 2026, apresentaram a seguinte situação até 31.03.2026:

Quadro 4.7. – Situação das auditorias extraplano dos PAFs 2022 e 2025 até 31.03.2026

PAF	Unid. fisc.	Tipo de atividade	Objeto	Órgão	Relator	TC	Situação 31/03
2025	C4	Auditoria extraplano	Mortalidade materna e infantil	SMS	RB	013742/2025	Concluída
2025	C2	Auditoria extraplano	Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF)	SME	ET	009972/2025	Em andamento
2022	C6	Auditoria extraplano	Barragens	SVMA	DD		[1]

Fonte: Sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

[1] Aguardando a definição da forma mais adequada de atuação junto ao Conselheiro Relator, considerando que o TC/006167/2018 já abordou os aspectos do objeto (outorgas e respectivos planos de segurança e planos de ação de emergência de barragens em parques) e, conforme a fase do processo, o monitoramento da adoção das medidas determinadas pelo TCMSP pela Origem poderia ser melhor do que a autuação de um novo trabalho.

Considerando as peculiaridades das Análises de Aposentadorias, Pensões e Atos de Admissão de Pessoal, a seguir são apresentadas as informações sobre as atividades desenvolvidas no decorrer do 1º trimestre de 2026.

4.1.3. Análises de aposentadorias, pensões e atos de admissão de pessoal

No início de 2026, o estoque inicial de processos na Unidade Técnica de Aposentadorias e Pensões (UTAP) era de 21.634, reduzindo para 19.825 processos ao final de março. O quadro a seguir apresenta o resumo da movimentação ocorrida durante o 1º trimestre de 2026.

Quadro 4.8. – Movimentação de Processos de Aposentadorias e Pensões – 1º trimestre de 2026

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Estoque inicial	21.634	21.233	20.654									
Entradas	274	570	711									
Saídas	675	1.149	1.540									
Estoque final	21.233	20.654	19.825									

Fonte: Sistema e-TCM – Consulta de Tramitação Processos/Documentos – janeiro a março de 2026.

Ao todo, **foram realizadas 3.364 análises em processos na UTAP** até o final de março, consumindo um total de 574 DUSFs. A análise incluiu processos de Aposentadorias, Pensões, Atos de Admissão de Pessoal e suas respectivas Manifestações.

Apesar do volume de processos remanescentes, o primeiro trimestre de 2026 evidenciou uma redução consistente no estoque, viabilizada pela modernização estratégica da UTAP. Esse desempenho é resultado direto do fortalecimento do corpo técnico e da reestruturação dos fluxos de trabalho, que priorizaram uma supervisão gerencial em detrimento da burocracia. Aliada a esses fatores, a implementação de ferramentas de automação e a simplificação de

procedimentos elevaram a vazão processual, permitindo que a equipe focasse em análises de maior valor agregado com celeridade e conformidade técnica.

4.2. Fiscalização em números

As fiscalizações geram resultados expressivos para o TCMSP. Este capítulo resume nosso desempenho, destacando valores auditados, benefícios financeiros diretos e dados de visitas técnicas, mesas técnicas e demais atividades que demonstram o alcance social do órgão.

4.2.1. Montante fiscalizado no 1º trimestre de 2026

No decorrer do 1º trimestre de 2026, foram fiscalizados **R\$ 13,5 bilhões**, valor que representa **9,8% do orçamento público municipal** aprovado para 2026 (R\$ 137,4 bilhões⁴). Para mensurar o montante fiscalizado durante o ano, a SCE considera procedimentos realizados sobre instrumentos que geram gastos para o Município, como Editais para contratação de produtos e serviços, contratos firmados pelo poder público, entre outros.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do montante fiscalizado de acordo com os tipos de fiscalizações considerados no cálculo.

Quadro 4.9. – Montante de recursos fiscalizados – 1º trimestre de 2026

Tipo de atividade	Montante fiscalizado (R\$)
Acompanhamento	11.844.026.126
Edital	5.825.534.132
Execução de Contratos e Termos Congêneres	5.655.073.510
Processos de Desestatizações	363.418.483
Análise	33.578.494
Contratos, Termos Congêneres e Termos Aditivos	11.578.786
Licitação	21.999.708
Representação	944.499.563
Certame em Andamento	931.491.394
Representação/Denúncia	13.008.169
Retorno (relatórios conclusivos de Acompanhamentos de Editais e de Execução, bem como de Representações/Denúncias)	678.961.807
Total Geral	13.501.065.990

⁴ [Lei Municipal n.º 18.377/2025](#)

Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

Os demais tipos de fiscalizações (auditorias temáticas, análises de funções de governo, relatórios anuais etc.) não são considerados para esse cálculo, pois, referem-se a abordagens não necessariamente focadas no instrumento de operacionalização do gasto em si. Um exemplo disso é o Relatório Anual de Fiscalização (RAF) da PMSP, no qual o orçamento total da Prefeitura pode ser considerado auditado em certos aspectos.

4.2.2. Benefícios quantificados da atuação de controle externo

Os benefícios decorrentes da ação de controle do TCMSP podem ser tanto de natureza **quantitativa** como de natureza **qualitativa**. Em geral, não há uma escala de importância entre os tipos de benefícios. Mas se um benefício puder ser registrado em mais de um tipo (quantitativo e qualitativo), o Tribunal deve dar preferência aos quantitativos. E entre os quantitativos, dar preferência aos benefícios financeiros.

Isso porque os benefícios quantitativos, em geral, são mais fáceis de serem compreendidos pela sociedade, pois representam de forma mais clara o resultado da atuação do controle externo. A quantificação dos benefícios é feita em três momentos:

- 1. Proposta de benefício potencial:** trata-se do benefício identificado pela auditoria após concluir o trabalho, está relacionado às propostas de encaminhamento, já possuem análise do contraditório, mas o processo depende de apreciação pelo TCMSP.
- 2. Benefício potencial:** trata-se de processo que já foi apreciado pelo TCMSP, e depende da adoção de medidas pelo poder público para se tornar benefício efetivo.
- 3. Benefício efetivo:** trata-se de benefício quantificado durante a ação de controle ou após o julgamento pelo TCMSP, em sede de monitoramento de decisões.

Para fins de prestação de contas do PAF, os próximos subitens detalharão os **benefícios financeiros e não financeiros efetivos** apurados pelas equipes técnicas, bem como os **benefícios qualitativos** avaliados. Esta etapa de confirmação é importante para determinar o valor gerado pelo TCMSP através de sua atuação. **Benefícios quantificados financeiros**

4.2.2.1. Benefícios quantificados financeiros

Em conformidade com a metodologia de quantificação de benefícios de controle externo estabelecida no Manual da Atricon, a SCE identificou, no decorrer do 1º trimestre de 2026, um montante de R\$ 1,1 bilhão de benefícios financeiros.

Este valor é composto por R\$ 628,7 milhões de proposta de benefícios potenciais – apurados pela equipe técnica e ainda não apreciados pelo TCMSP, R\$ 4,9 milhões de benefícios potenciais – já apreciados pelo TCMSP e aguardando a adoção de medidas pela administração pública municipal, e **R\$ 468,8 milhões de benefícios efetivos** – aqueles já confirmados pela adoção de medidas pela administração pública para as correções necessárias.

Sob outra ótica, que tem sido a adotada pela SCE em complemento à metodologia da Atricon, foram apurados **R\$ 771,6 milhões em benefícios financeiros consolidados**, que são os benefícios financeiros mensurados após a homologação do Edital pela jurisdicionada, quando aplicável, ou em momento processual com equivalente estágio de liquidez e certeza.

Primordialmente fruto de fiscalizações de Acompanhamentos de Editais e de Execução Contratual, este total caracteriza-se como benefício efetivo. A confirmação desses valores no período reflete a atuação estratégica do Tribunal na redução de preços máximos licitatórios e no saneamento de irregularidades em orçamentos públicos. Tais ações ratificam a relevância do controle preventivo e demonstram o compromisso desta Corte com a eficiência e a transparência na Administração Pública.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do benefício financeiro consolidado apurado no período.

Quadro 4.10. – Benefícios quantitativos financeiros consolidados – 1º trimestre de 2026

Objeto Resumido	Benefício Consolidado (R\$ Milhões)	eTCM	Descrição dos Achados que Originaram os Benefícios Resumida
Compensação Previdenciária ("Mutirão COMPREV")	402,6	011719/2025 014398/2024	Identificação de elevado risco de prescrição do direito à compensação previdenciária de aposentadorias e pensões, em razão do prazo previsto no art. 12, parágrafo único, do DF nº 10.188/2019 (dez/2025). Diante do achado, foi organizada força-tarefa envolvendo TCMSP, PMSP e IPREM, com atuação ativa do Tribunal na identificação e notificação de processos aptos

Objeto Resumido	Benefício Consolidado (R\$ Milhões)	eTCM	Descrição dos Achados que Originaram os Benefícios Resumida
			ao COMPREV. Como resultado, o Município de São Paulo foi habilitado a receber cerca de R\$ 402 milhões em compensações que estavam sob risco de prescrição.
Prestação de serviços especializados de assistência médica aos empregados e dependentes da CET/SP	161,5	015479/2024	Identificação de impropriedades no edital (Peça 112, Achado 07), que ensejaram a suspensão do certame e a republicação do instrumento convocatório. Após as correções promovidas pela Origem, verificou-se redução de R\$ 161,5 milhões em relação ao valor originalmente estimado pela CET.
Elaboração de projetos executivos e execução das obras e gestão ambiental das obras de implantação do Túnel Sena Madureira e requalificação urbana do entorno imediato, localizado na região sul na cidade de São Paulo.	122,7	013938/2025	Apontamento de sobrepreços e de quantitativos injustificados de serviços (Peça 56, Achados 2 a 11), com determinação de republicação do edital.
Concorrência Presencial nº 004/2025/SPOBRAS - Contratação de empresa ou consórcio de empresas especializadas em arquitetura e engenharia para a elaboração de projetos executivos e a execução das obras para as novas unidades educacionais / Centro Unificados de Educação - CEU, dividido em 06 lotes.	62,0	010198/2025	Identificação de sobrepreços no orçamento da licitação (TC/010198/2025), resultando na republicação do edital. O valor global do certame foi reduzido em R\$ 61,9 milhões em comparação ao edital anterior, que previa montante superior.
Edital SPTrans – 006/2025 - Prestação de serviços de manutenção do pavimento, guias, sarjetas, bocas de lobo e demais serviços complementares dos viários de interesse do serviço de transporte coletivo público de passageiros da Cidade de São Paulo.	10,1	008102/2025	Identificação de sobrepreço mínimo de R\$ 3,6 milhões (Peça 70, Achado 06), decorrente da utilização de itens de serviço e preços unitários inadequados. A SPTrans promoveu a revisão dos itens orçamentários e a exclusão de serviços ineficientes, alinhando o edital aos princípios da eficiência e economicidade.
"TAPA-BURACOS"	8,7	009268/2021	Apontamentos da Auditoria culminaram na aplicação de sanção pela Origem ao contratado, com vistas ao ressarcimento ao erário, conforme Conclusões 4.1, 4.2, 4.3 e 4.11 (Peça 169).
"TAPA-BURACOS"	2,0	009079/2021	Em decorrência dos achados de auditoria (Conclusões 4.1, 4.2, 4.3, 4.11 e 4.13 – Peça 244), foi aplicada sanção ao contratado pela Origem, visando ao ressarcimento dos valores indevidamente pagos.
Representação em face de suposto pagamento de aluguel de imóvel desocupado há mais de um ano, no bairro de Santo Amaro	2,0	008314/2025	A Auditoria identificou a inclusão indevida de despesas de locação e manutenção de imóvel desocupado nas prestações de contas. Após o relatório conclusivo, a SMS reconheceu a impropriedade e promoveu a glosa integral do valor de R\$ 1.973.178,52, assegurando a recomposição do erário (Peça 30).

Fonte: Dados extraídos do controle de benefícios do Teams - período de janeiro a março de 2026.

4.2.2.2. Benefícios quantitativos não financeiros

No que tange aos benefícios quantitativos não financeiros, o período consolidou avanços importantes na área de habitação e na governança de parcerias público-privadas. Destaca-se, inicialmente, a atuação do Tribunal no âmbito do Programa Pode Entrar, especificamente no Chamamento Público nº 001/SEHAB/COHAB-SP/2025.

A intervenção da auditoria resultou na inclusão de previsão editalícia para a avaliação obrigatória dos preços das unidades pela Caixa Econômica Federal antes da assinatura dos compromissos de compra e venda. Essa medida de aperfeiçoamento metodológico assegura que a aquisição de 10.000 unidades habitacionais de interesse social, situadas no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca, ocorra em estrita conformidade com os preços de mercado. Tal ação garante a viabilidade técnico-financeira do projeto e reforça o caráter preventivo do controle ao mitigar riscos de sobrepreço ainda na fase de publicação do edital.

Adicionalmente, no campo da eficiência administrativa, o Tribunal identificou oportunidades de melhoria no planejamento da Parceria Público-Privada para a gestão de Centros Educacionais Unificados (CEUs). A fiscalização apontou a necessidade de a Secretaria Municipal de Educação (SME) aprimorar seus procedimentos de fase interna, incorporando demandas operacionais — como elevadores de carga e geradores — diretamente no plano de necessidades original.

Essa recomendação visa evitar reequilíbrios econômico-financeiros precoces em contratos de concessão, estimando-se um impacto preventivo sobre um CAPEX adicional projetado em aproximadamente R\$ 10,9 milhões. A medida reforça a importância de um planejamento robusto para a preservação da economia e da eficácia dos programas de governo ao longo de sua execução contratual.

4.2.2.3. Benefícios qualitativos

Os benefícios efetivos qualitativos apurados no período demonstram a eficácia das intervenções do Tribunal de Contas na correção de distorções editalícias e no aprimoramento de serviços essenciais. A atuação técnica da Corte permitiu não apenas o saneamento de irregularidades, mas também um incremento direto na qualidade das entregas públicas à municipalidade.

No âmbito do Programa Pode Entrar, a fiscalização resultou em um significativo aprimoramento das especificações técnicas das unidades habitacionais. A incorporação de achados da auditoria no edital final assegurou que a aquisição de moradias de interesse social atenda a padrões de qualidade superiores, elevando a efetividade da política pública. Paralelamente, na área de transportes, o edital da SPTrans para manutenção de pavimentos e drenagem foi robustecido com a inclusão de normativos técnicos atualizados e cláusulas de controle de custos indiretos. Destaca-se, ainda, a inovação sustentável com a destinação de materiais fresados, garantindo o aproveitamento econômico de resíduos.

A atuação do Tribunal foi importante também para ampliar a competitividade em certames de alta relevância. Intervenções em editais da Saúde (locação de tomógrafos), Educação (alimentação escolar orgânica) e SP Urbanismo (estações de trabalho) levaram à supressão de exigências restritivas e à republicação dos instrumentos convocatórios. Essa desobstrução do mercado permitiu a participação de um número maior de fornecedores, viabilizando contratações em bases mais vantajosas. Exemplos notáveis incluem a revitalização de espaços esportivos (CDC Danúbio e Jardim Lapena) e praças públicas, onde a correção de itens que limitavam a concorrência assegurou processos licitatórios mais justos e transparentes.

O controle externo também se manifestou de forma célere na zeladoria urbana e no atendimento a denúncias. A intervenção no contrato de concessão do Cemitério Vila Alpina resultou na fixação pontual de estruturas danificadas, corrigindo falhas de manutenção que impactavam diretamente os usuários. Além disso, a coordenação técnica permitiu que serviços de limpeza mecanizada em galerias pluviais (Subprefeitura de Jabaquara/Tremembé) fossem otimizados mediante a utilização de Atas de Registro de Preços já existentes, garantindo a continuidade do serviço com eficiência administrativa e correção de irregularidades que anteriormente comprometiam o certame original.

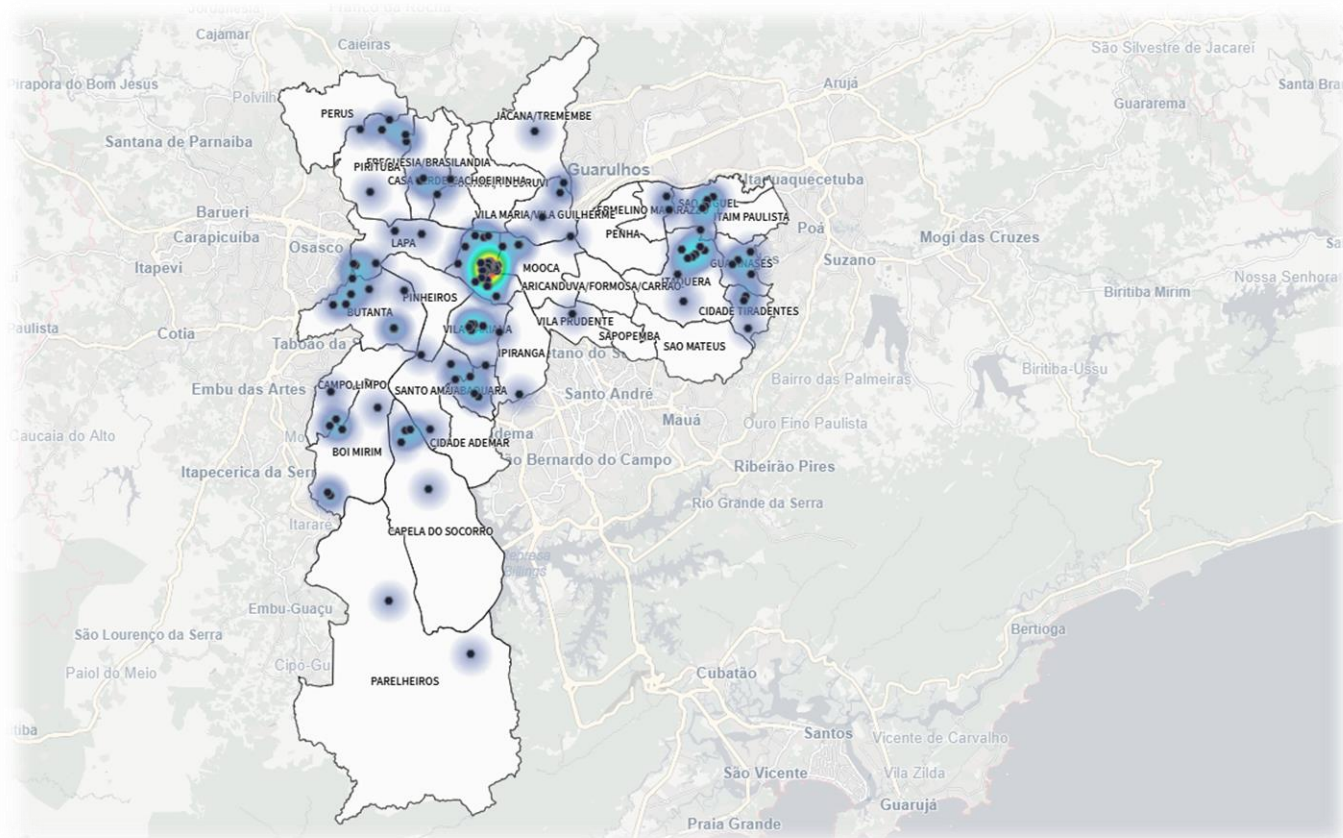
4.2.3. Visitas in loco

A presença do TCMSP diretamente no território consolida-se como um pilar essencial para a indução de melhorias nos serviços públicos. Ao extrapolar a análise documental e realizar vistorias *in loco*, a Corte assegura uma compreensão fidedigna da realidade urbana, identificando

gargalos que apenas a vivência de campo revela. Essa atuação presencial funciona como um catalisador de qualidade na ponta, onde o serviço é efetivamente entregue ao cidadão.

Refletindo esse compromisso com a capilaridade e a eficácia, A Secretaria de Controle Externo registrou um total de **141 visitas in loco** em diversas frentes de fiscalização apenas no primeiro trimestre de 2026. Esse esforço técnico garante a vigilância ativa do controle externo nas diversas regiões da cidade, conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 4.1. – Distribuição territorial das visitas *in loco* – 1º trimestre de 2026



Fonte: Planilha de Fiscalizações *in loco* – Microsoft Teams – 2026.

Mais do que potencializar o controle concomitante, a atuação direta nas diversas regiões da cidade reafirma o papel do Tribunal perante a população. Ao estar presente onde a vida urbana acontece, o TCMSP não apenas identifica falhas, mas estimula o compromisso com a gestão dos recursos públicos em cada localidade. Esse método de fiscalização transforma a vigilância

técnica em resultados práticos, assegurando que o impacto do controle externo seja percebido diretamente na qualidade dos serviços municipais.

4.2.4. Mesas Técnicas

Alinhadas à visão estratégica de atuação do TCMSP, as Mesas Técnicas consolidam-se como um dos principais instrumentos de diálogo institucional do Tribunal, sendo vitais para a eficiência do controle externo. Este mecanismo permite a busca de informações técnicas e o esclarecimento de matérias controvertidas e complexas, garantindo a celeridade processual necessária em casos de destacada relevância ou alto grau de complexidade.

Ao reunir, sob a presidência do Conselheiro Relator, os gestores públicos e o corpo técnico do Tribunal, a Mesa Técnica promove uma troca direta de informações que permite alinhar entendimentos e buscar soluções antes que as irregularidades se consolidem. Durante o 1º trimestre de 2026, o Tribunal conduziu 1 Mesa Técnica no dia 27.02.2026 relacionada ao Programa Pode Entrar.

4.2.5. Fiscalizações com utilização de serviços tecnológicos

A eficiência das atividades de campo no primeiro trimestre de 2026 foi potencializada pela integração de recursos tecnológicos, que conferem maior precisão e alcance às fiscalizações. O uso estratégico de ferramentas como drones e serviços de motolink permitiu ao Tribunal superar barreiras geográficas e logísticas, garantindo uma cobertura de bens móveis e imóveis em toda a capital.

O emprego de drones consolidou-se como um recurso importante para as inspeções físicas, especialmente em grandes perímetros e áreas de difícil acesso. Durante os meses de fevereiro e março, essa tecnologia foi intensamente utilizada para a vistoria de bens imóveis, permitindo uma visão panorâmica e detalhada que subsidia análises técnicas com imagens de alta resolução. Essa perspectiva aérea é fundamental para a verificação do estágio de obras e da integridade do patrimônio público, traduzindo-se em um controle mais rigoroso e transparente.

Paralelamente, o serviço de motolink desempenhou um papel crucial na agilidade das vistorias urbanas. Com uma presença constante ao longo do trimestre, essa modalidade de apoio logístico

garantiu celeridade na fiscalização de bens imóveis e foi peça-chave na execução do Relatório Anual de Fiscalização da Prefeitura do Município de São Paulo referente ao ano-base 2025, especificamente nas inspeções físicas relacionadas às Emendas Pix. A mobilidade proporcionada pelo motolink permite que as equipes de auditoria obtenham imagens de múltiplos pontos da cidade em curto espaço de tempo, otimizando o cronograma de trabalho e aumentando a capilaridade da presença do Tribunal.

Por fim, as atividades de fiscalização foram reforçadas pela realização de ensaios tecnológicos, incluindo levantamentos topográficos e monitoramentos especializados em parceria com instituições de referência, como o IPT. Tais ensaios permitem que o controle externo vá além da inspeção visual, aferindo a qualidade técnica e a segurança estrutural de intervenções públicas. Essa convergência entre engenharia diagnóstica e tecnologia da informação reafirma o compromisso da SCE com um controle preventivo moderno, baseado em evidências técnicas sólidas e fidedignas.

4.2.6. Concomitância das fiscalizações

As atividades diretas de fiscalização do TCMSP são classificadas conforme o momento de atuação do controle externo, podendo ser de natureza **prévia, concomitante ou posterior**.

A fiscalização prévia ocorre antes da formalização do ato pela administração pública municipal, conforme previsto na Instrução Normativa nº 02/2022. Já as fiscalizações concomitantes são realizadas simultaneamente à atuação da administração pública, como é o caso dos Acompanhamentos de Edital e de Execução de contratos e termos congêneres.

Por outro lado, algumas atividades diretas de fiscalização caracterizam-se como de controle posterior, ocorrendo sempre após os fatos. Exemplos notáveis incluem as Análises (englobando as de Aposentadorias e Pensões) e as Análises de Função de Governo.

Há, ainda, um grupo de atividades que pode se enquadrar como concomitante ou posterior, dependendo do objeto e do período abrangido pela fiscalização. Este grupo inclui Auditorias, Representações, Manifestações e Monitoramentos. Nesses casos, a classificação exata é

determinada durante a execução do Plano Anual de Fiscalização, em função do objeto analisado e da abrangência temporal da fiscalização.

No 1º trimestre de 2026, foram alocados **4.623 DUSFs** em tarefas de fiscalização concomitantes. Esse volume representa aproximadamente **77%** do total de DUSFs alocados em atividades de fiscalização no período (6.028 DUSFs).

O gráfico a seguir mostra o resumo dos DUSFs concomitantes por tipo de trabalho:

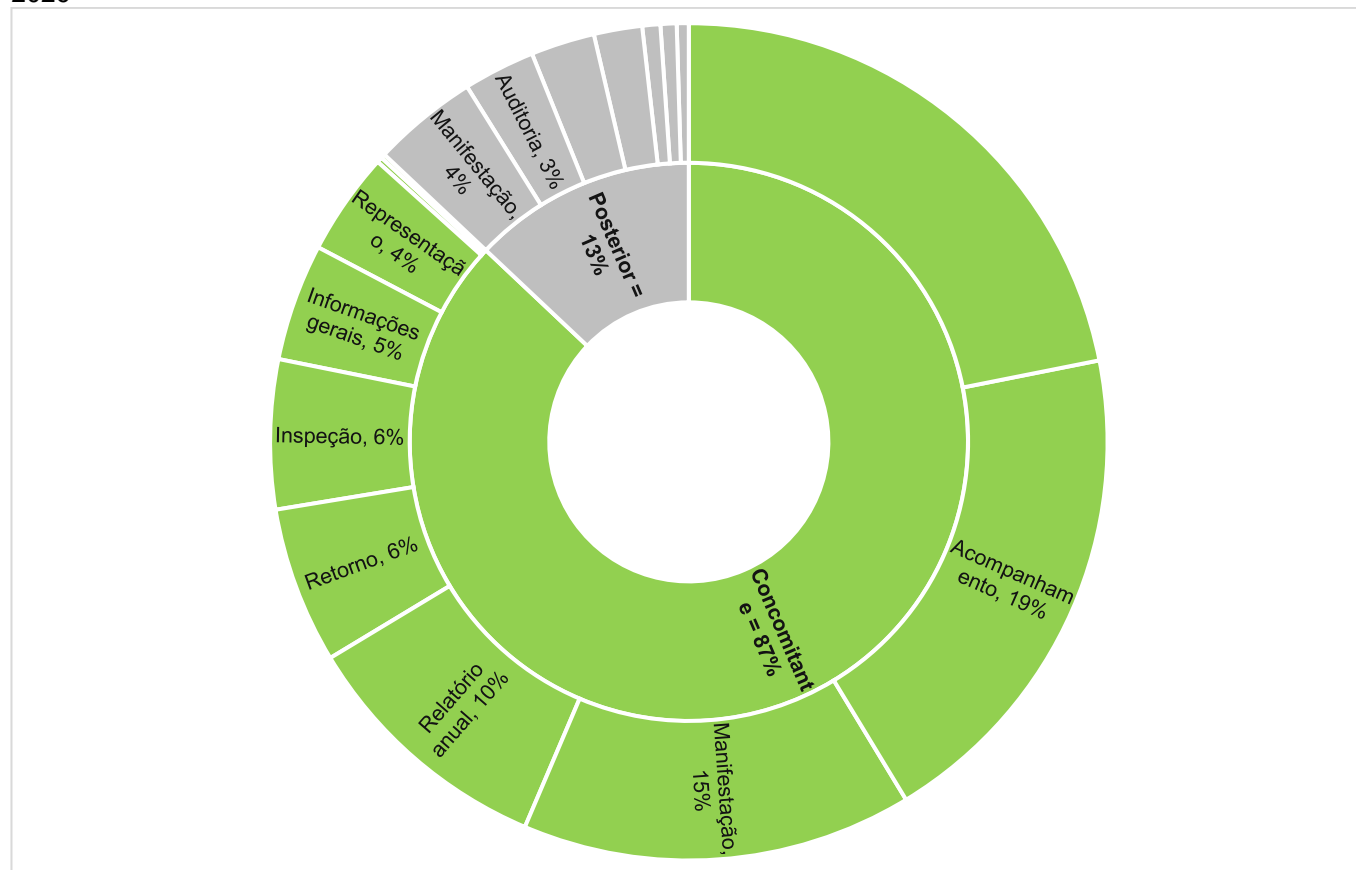
Gráfico 4.5. – Concomitância das fiscalizações – 1º trimestre de 2026



Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

Quando desconsiderados os DUSFs consumidos nas atividades de Análises de Aposentadorias e Pensões e de Atos de Admissão de Pessoal, esse percentual se eleva para cerca de 87%. Os dados evidenciam a relevância das ações concomitantes na composição do esforço fiscalizatório, refletindo o compromisso contínuo da Secretaria de Controle Externo com a efetividade e a abrangência das atividades de controle.

Gráfico 4.6. – Concomitância das fiscalizações – exceto DUSFs de Aposentadorias e Pensões – 1º trimestre de 2026



Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

A priorização das fiscalizações concomitantes reflete o compromisso da Secretaria de Controle Externo (SCE) com uma atuação proativa, voltada à prevenção e à otimização do valor público. Ao acompanhar o ciclo dos atos administrativos em tempo real, o TCMSP transcende o papel de observador a posteriori e consolida-se como um agente indutor de melhorias, viabilizando a correção tempestiva de desvios e o constante aprimoramento das práticas de gestão.

4.3. Montante fiscalizado no 1º trimestre de 2026

Ao longo do 1º trimestre de 2026 as equipes de fiscalização desenvolveram diversos tipos de trabalhos em suas áreas de atuação, e a seguir são listados exemplos de fiscalizações de grande relevância no contexto temático de controle externo desenvolvidas no período.

Quadro 4.11. – Principais ações de controle – 1º trimestre de 2026

e-TCM	Objeto de fiscalização / auditoria	Objetivos do trabalho e principais resultados (achados)
000733/2026	Gastos com Educação – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (DRD-MDE), exercício de 2025.	Objetivo: Assegurar, em nível de asseguaração limitada, a adequação dos gastos com educação da PMSP ao marco regulatório vigente e ao Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como verificar o cumprimento dos percentuais mínimos constitucionais e municipais. Principais resultados: O município atingiu os percentuais mínimos de aplicação em MDE (25,26%, recalculado em 25,20% após glosas) e em Educação Inclusiva (33,83%). Foram identificadas despesas lançadas indevidamente como MDE (alimentação da rede parceira e verbas indenizatórias), gerando risco de distorção do percentual. Propostas determinações, recomendações reiteradas e ciência para aprimoramento do controle e da transparência.
000653/2026	Chamamento Público nº 003/SEHAB/COHAB-SP/2025 – Programa Pode Entrar – Aquisição de unidades habitacionais de interesse social no distrito do Jardim Helena.	Objetivo: Analisar a conformidade do edital com a legislação vigente e com determinações e recomendações anteriores do Plenário. Principais resultados: Constatada a incorporação das principais determinações (critérios mínimos de capacidade técnica e econômica, limitação de faseamento, exigência de PBQP-H, laudo de inspeção, responsabilidade da contratada, matrículas individualizadas, padrões construtivos). Identificados pontos que ensejam recomendações relacionadas à governança do certame, precificação, execução orçamentária e mitigação de riscos.
000432/2026	Chamamento Público nº 002/SEHAB/COHAB-SP/2025 – Programa Pode Entrar – Aquisição de unidades habitacionais de interesse social no perímetro da Operação Urbana Consorciada Faria Lima.	Objetivo: Analisar a conformidade do edital segundo a legislação e decisões plenárias correlatas. Principais resultados: Verificada a incorporação das determinações do Plenário (capacidade técnica e econômica, faseamento, PBQP-H, laudos, responsabilidade da contratada, matrículas individualizadas). Apontados achados e recomendações relacionados à precificação, governança do edital, execução financeira, critérios técnicos e mitigação de riscos de concentração e desequilíbrio.
000430/2026	Chamamento Público nº 001/SEHAB/COHAB-SP/2025 – Programa Pode Entrar – Aquisição de unidades habitacionais de interesse social no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca.	Objetivo: Analisar a conformidade do edital com a legislação vigente e com as determinações do Plenário. Principais resultados: Constatação da incorporação das principais determinações (capacidade técnica e econômica, faseamento, PBQP-H, laudos, responsabilidade da contratada, matrículas individualizadas). Apresentação de recomendações voltadas ao aprimoramento da governança, da execução orçamentária, da precificação e da mitigação de riscos operacionais e financeiros.
13742/2025	Auditoria operacional sobre mortalidade materna, neonatal e infantil no Município de São Paulo (2020–2024).	Objetivo: Avaliar a efetividade das políticas municipais de saúde materno-infantil, à luz da Agenda 2030, do Plano Municipal de Saúde e do Programa de Metas. Principais resultados: Predominância de óbitos neonatais evitáveis (73% no período), persistência de desigualdades territoriais e elevação recente dos coeficientes de mortalidade infantil. Não atingimento das metas de acesso oportuno e continuidade do pré-natal em diversos distritos e insuficiências na cobertura vacinal. Fragilidades na governança e no alinhamento entre diagnóstico, metas e resultados. Propostas determinações e recomendações à SMS, com foco em planejamento, territorialização e indução de resultados.
23589/2024	Acompanhamento de processo de desestatização – Minuta do 4º Termo de Aditamento ao Contrato nº 008/SMT/2020 (Zona Azul) – reequilíbrio econômico-financeiro.	Objetivo: Examinar a conformidade e a vantajosidade da minuta de termo aditivo, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2022. Principais resultados: Concluiu-se que o reequilíbrio econômico-financeiro pretendido não se justifica, por ausência de evento superveniente e imprevisível e de nexo causal entre a pandemia e a frustração de demanda. Identificada inadequação da prorrogação contratual e da metodologia de recomposição, com potencial acréscimo indevido de VPL em favor da concessionária. Manifestação pelo não prosseguimento da minuta do termo aditivo.

Fonte: Dados extraídos do sistema Átomo-Panorama – Consulta de tarefas - período de janeiro a março de 2026.

Os relatórios de fiscalização desses trabalhos apresentam os resultados de forma detalhada, bem como os encaminhamentos propostos pelas equipes técnicas, aqui comentados de forma

breve apenas os objetivos e os principais resultados a partir da fiscalização. Esses documentos podem ser consultados no portal do TCMSP – Consulta de processos.⁵

⁵ Disponível em: [Consulta de Processos - Tribunal de Contas do Município de São Paulo](#).

5. JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS

O Núcleo de Jurisprudência e Súmula (NJURIS) desempenha papel fundamental na organização, sistematização e disseminação das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP). Suas atividades são estruturantes para a consolidação da jurisprudência institucional, o fortalecimento da transparência e a ampliação do acesso à informação, contribuindo significativamente para a segurança jurídica e o aprimoramento das práticas de controle externo.

Entre suas principais atribuições, destaca-se a elaboração de todas as ementas das decisões colegiadas (Câmaras e Pleno), com base nos votos e acórdãos proferidos. Essa atividade assegura a síntese qualificada dos julgados, viabilizando a consulta rápida, objetiva e técnica dos principais entendimentos da Corte.

Além disso, o NJURIS é responsável por:

- Cadastro e inserção das decisões no banco de dados institucional;
- Consolidação de arquivos contendo a ementa, acórdão, relatório e voto, promovendo a integralidade documental das decisões;
- Produção dos Boletins de Jurisprudência, instrumento que sistematiza e divulga decisões de interesse técnico e institucional;
- Disponibilização do acervo jurisprudencial no portal eletrônico do TCMSP, por meio de ferramenta de busca que permite a recuperação da informação;
- Realização de pesquisas por demanda, voltadas a subsidiar análises técnicas, elaboração de pareceres e fundamentações;
- Desenvolvimento de estudos voltados à identificação de entendimentos consolidados, aptos a embasar a proposição de enunciados de súmula.

Com o objetivo de atender às diretrizes traçadas pelo Plano Estratégico do TCMSP, que valoriza a inovação, a organização da informação e a modernização dos instrumentos de gestão, o

NJURIS vem conduzindo projetos estruturantes que reforçam seu papel técnico e estratégico. No primeiro trimestre de 2026 (janeiro a março), destacam-se os seguintes avanços:

O projeto Sistema de Jurisprudência, anteriormente em desenvolvimento interno, teve seus requisitos inicialmente levantados a partir das necessidades identificadas pelo NJURIS, bem como com base em funcionalidades pesquisadas, estudadas e posteriormente debatidas com os Tribunais de Contas mais reconhecidos por adotarem as melhores práticas. O novo Sistema de Jurisprudência, agora sob a responsabilidade da empresa Memora Processos Inovadores, teve início formal com a reunião de onboarding, realizada em 15 de agosto de 2025. Ao longo de seu desenvolvimento, diversas reuniões foram realizadas entre a equipe do NJURIS e a empresa contratada, com o objetivo de levantar, alinhar e refinar os requisitos do projeto.

Nesse contexto, as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto abrangeram a identificação e o tratamento de não conformidades, bem como o salvamento e a refatoração de pesquisas anteriormente realizadas, contribuindo para a melhoria da experiência de uso e da consistência dos resultados. Foram acompanhadas e refinadas funcionalidades essenciais, tais como a apresentação da tela de resultados a partir da pesquisa inicial (HU 03), o mecanismo de login (HU 04), a geração e disponibilização de resultados com foco nas ementas (HU 06), o salvamento e reaproveitamento de pesquisas (HU 07) e a exportação de resultados em formato XLSX (HU 09). Adicionalmente, realizou-se a importação dos dados do thesaurus para a nova base de dados, ajustes no cadastro inicial (HU 01) e a evolução da melhoria, referente à integração com o e-TCM, requisito fundamental para a próxima etapa do projeto.

Os resultados consolidados das atividades do primeiro trimestre de 2026 são apresentados no quadro a seguir, permitindo a análise quantitativa da produção do Núcleo.

Quadro 5.1. – Dados consolidados (1º trimestre 2026).

JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS				
PERÍODO	Jan.	Fev.	Mar.	1º Trim.
JURISPRUDÊNCIA				
Decisões colegiadas proferidas	0	95	80	175
Ementas elaboradas	0	21	79	100
Decisões cadastradas no banco de dados (e-TCM)	0	21	79	100
Arquivos consolidados (ementa, acórdão, relatório e voto)	33	1	85	119
Enunciados para os boletins de jurisprudência	4	0	6	10
JURISPRUDÊNCIA (Diversos)				
Construção da pauta para acompanhamento da sessão (pré-ementas)	90	77	87	254
Ementas prévias a partir das notas taq. ou relatórios e votos das SONPs	95	95	80	270
Ementas e documentos referentes aos Referendos	0	3	9	12
Pesquisas efetuadas	1	1	0	2
TOTAL DE AÇÕES	223	314	505	1042

Fonte: Núcleo de Jurisprudência e Súmula

6. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

6.1. Ouvidoria

As atividades espelhadas neste relatório contemplam dados estatísticos do Sistema Ouvidoria, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), as quais estão em conformidade com o estabelecido no Acordo de Cooperação Técnica nº 47/2024 celebrado entre a União, por meio da Controladoria Geral da União - CGU, e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON.

6.1.1. Manifestações

Os prazos para atendimento às manifestações estão em conformidade com o estabelecido na Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 e com o Código de Defesa do Usuário do Serviço Público – Lei nº 13.460/2017.

6.1.2. Índices de satisfação

- Índice de Satisfação dos Usuários com o atendimento da Ouvidoria;
- Índice de Satisfação dos Usuários na qualidade das respostas obtidas;
- Índice de Satisfação dos Usuários com o prazo de resposta da manifestação.

6.1.3. Canais de recebimento de manifestações

O atendimento prestado pela Ouvidoria inicia-se no recebimento das manifestações através do Portal da Ouvidoria na página do TCMSP, presencialmente, por e-mail, por telefone ou por meio de carta.

Dos canais de recebimento de manifestações 52 (cinquenta e dois) foram recebidas por e-mail, e 79 (setenta e nove) pelo link da página do TCMSP.

6.1.4. Classificação das manifestações

- Pedidos de Informação baseados na LAI;
- Manifestações próprias de Ouvidoria classificadas como: Denúncia, Reclamação, Solicitação, Consulta, Sugestão, Elogio e o Simplifique.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026 foram analisadas 131 (cento e trinta e um) manifestações, sendo 06 (seis) relacionadas às Ouvidorias de Órgãos Federais, Estaduais ou de outros Municípios, estando, portanto, fora das atribuições constitucionais desta Corte de Contas, contudo todas foram tratadas e encaminhadas às respectivas Ouvidorias competentes e 125 (cento e vinte e cinco) de competência do TCMSP, conforme segue:

Número de Manifestações por tipo

TIPO	QUANTIDADE
PEDIDO DE INFORMAÇÃO - LAI	15
DENÚNCIA	63
ELOGIO	01
RECLAMAÇÃO	06
REPRESENTAÇÃO	10
SOLICITAÇÃO	28
SUGESTÃO	02

Fonte: Sistema Ouvidoria

- Dos 15 (quinze) Pedidos de Acesso à Informação amparados pela LAI, 13 (treze) foram atendidos e 02 (dois) encontram-se em análise dentro do prazo;
- Das 110 (cento e dez) manifestações próprias de Ouvidoria, baseadas no Código de Defesa do Usuário do Serviço Público, 98 (noventa e oito) foram concluídas e 12 (doze) estão em análise;
- Todas as manifestações foram tratadas por meio do Sistema Ouvidoria do TCMSP.

6.1.5. Pesquisa de Satisfação

Do total, 12 (doze) manifestantes responderam à pesquisa de satisfação e obtivemos o seguinte resultado:

Índice de Satisfação dos Usuários com o atendimento da Ouvidoria;

ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Muito satisfeito	04
Satisfeito	05
Insatisfeito	01
Muito insatisfeito	02

Fonte: Sistema Ouvidoria

Índice de Satisfação dos Usuários na qualidade das respostas;

QUALIDADE	QUANTIDADE
Ótimo	09
Ruim	03

Fonte: Sistema Ouvidoria

Índice de Satisfação dos Usuários com o prazo de resposta da Ouvidoria;

PRAZO	QUANTIDADE
Antes do tempo	06
Tempo esperado	02
Demorou muito	04

Fonte: Sistema Ouvidoria

6.2. Câmara Municipal de São Paulo

No 1º trimestre de 2026, foram autuados **17 processos** relativos a representações e denúncias dos Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo:

- Vereadora Amanda Marques Paschoal, Deputada Federal Erika Hilton

TC/000281/2026	Representação em face de possíveis irregularidades na execução orçamentária e omissão na aplicação de recursos destinados ao sistema de drenagem urbana e combate às enchentes no Município, de que trata o Plano Diretor de Drenagem (PDD), bem como da apuração da redução orçamentária nesse sentido, em contexto de eventos climáticos extremos previstos para o ano de 2026
TC/001390/2026	Representação em face do Termo de Patrocínio 15/2025 - SMTUR, cujo objeto visa o apoio para realização do evento "Vira Brasil - São Paulo"

• Vereador Antonio Biagio Vespoli

TC/000149/2026	Representação em face do Termo de Patrocínio 15/2025 - SMTUR, cujo objeto visa o apoio para realização do evento "Vira Brasil - São Paulo"
TC/002516/2026	Representação em face do Contrato 83/SIURB/2023 e seus Aditivos, cujo objeto é a contratação de empresa ou consórcio de empresas, especializadas em engenharia para execução das obras e serviços de reforma do corredor de ônibus da Avenida Imirim (trecho entre Avenida Deputado Emílio Carlos e Alameda Afonso Schmidt) e requalificação das interseções e plataformas/paradas de ônibus com implantação de sistemas de monitoramento - na Região Norte da Cidade de São Paulo
TC/014551/2025	Solicita auditoria no Termo de Contrato 179/2022/SMS-1 e seus Aditivos, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços com fornecimento de mão de obra de Bombeiro Profissional Civil para as unidades pertencentes à Secretaria Municipal da Saúde - SMS - SEI 6110202100158238

• Vereador Alessandro Guedes

TC/001549/2026	Representação em face de ilegalidade na realização de empenhos sem disponibilidade orçamentária no exercício de 2025
TC/002706/2026	Representação em face do Pregão Eletrônico 36/2024 cujo objeto é a contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de cabines de Banheiro Químico, Individual e Portátil dos tipos Padrão e PCD, para atendimento parcelado a diversos eventos - Contrato GLC/CLC 128/2024
TC/002707/2026	Solicitação de fiscalização para análise da execução do Contrato 128/2024-SPTuris, cujo objeto é a prestação de serviços de cabines de banheiro químico, individual e portátil, dos tipos padrão e PCD, para atendimento parcelado a diversos eventos, decorrente do Pregão Eletrônico 36/2024, em especial ao evento Carnaval de Rua de São Paulo/2026
TC/003069/2026	Representação em face do Edital de Concorrência 1/2025/SGM-SEDP, cujo objeto é a Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa para a implantação, manutenção, zeladoria e ativação sociocultural da Esplanada Liberdade

• Vereador Celso Luís Giannazi, Deputado Estadual Carlos Giannazi e Deputada Federal Luciene Cavalcante

TC/000002/2026	Representação em face da atuação administrativa do Município no tocante às políticas públicas voltadas à proteção e ao bem-estar animal em contextos de ondas de calor extremo, especialmente no que se refere aos em situação de rua
----------------	---

TC/001973/2026	Representação em face de irregularidades nos contratos do Carnaval de Rua 2026, notadamente no que tange à terceirização de serviços para a empresa MM Quarter Produções e Eventos Ltda.
TC/003806/2026	Representação em face de possíveis irregularidades na execução, liquidação, pagamento e fiscalização de contratações artísticas vinculadas ao evento "Dia da Saudade - 35 anos sem Raul Seixas"

- Vereador Hélio Rodrigues de Andrade

TC/003688/2026	Representação em face de possíveis irregularidades e lesões ao interesse público municipal decorrentes dos efeitos da privatização da SABESP, especialmente no que se refere à prestação de serviços de saneamento no Município de São Paulo
----------------	--

- Vereadora Keit Lima

TC/001423/2026	Representação em face do aumento de recursos públicos destinados ao evento da virada evangélica: "Vira Brasil 2026", direcionado a Convenção Lagoinha
----------------	---

- Vereadora Luana dos Santos Alves Silva

TC/002921/2026	Representação com pedido de apuração, fiscalização e acompanhamento do Contrato de Gestão R026/2021 - SMS.G/CPCS, firmado entre Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS) e a Associação Filantrópica Nova Esperança (AFNE), em especial quanto à suposta manutenção de folha de pagamento paralela com funcionários fantasmas pela AFNE e à eficácia dos mecanismos de fiscalização e controle exercidos pela SMS sobre a execução do contrato
----------------	--

- Vereadora Luana dos Santos Alves Silva, Deputada Estadual Monica Cristina Seixas Bonfim, Deputada Federal Sâmia de Souza Bomfim

TC/002092/2026	Representação em face de supostas irregularidades nos contratos firmados entre a Prefeitura do Município de São Paulo, a SMTur, a SPTuris e a empresa MM Quarter (Agência Quarter)
----------------	--

- Vereadora Luna Zarattini Brandão

TC/003533/2026	Representação em face de possível irregularidade na gestão do Contrato de Concessão 1/SVMA/2025, decorrente da Concorrência EC/001/2024/SGM-SEDP, cujo objeto é a prestação dos serviços de implantação, gestão, operação e manutenção do Parque Municipal Campo de Marte
----------------	---

6.3. Outras Entidades

No 1º trimestre de 2026, foi autuado um processo relativo a demandas de entidades externas:

- Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP

TC/008638/2025	Representação, recebida por meio de Ofício enviado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em face do Contrato 284/SIURB/2023, cujo objeto é a
----------------	--

	intervenção, em caráter emergencial, para realização de obras de contenção das margens do córrego localizado na Rua Soares de Bulhões, altura do nº 99 ao nº 305 e serviços complementares - Subprefeitura Itaim Paulista
--	---

6.4. Parcerias e/ou Convênios firmados

6.4.1. Parcerias

Parceria institucional firmada em 09/02/2026 entre o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) e o Banco Central do Brasil (BCB), destinada à habilitação de acesso ao Sistema de Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), com o objetivo de subsidiar atividades de fiscalização, auditoria e produção de informações estratégicas do Tribunal, nos termos da regulamentação vigente do BCB.

6.4.2. Convênios

Não houve novos convênios firmados no 1º trimestre de 2026.

6.5. Sociedade (IRIS, Cidadania em Contas....)

O TCMSP prossegue em seu objetivo de fornecer informações sobre a execução orçamentária do Município de São Paulo, mediante o desenvolvimento e aprimoramento do Portal IRIS, cujo objetivo é a divulgação para a população de Informações de Relevante Interesse Social, relacionadas às receitas e despesas do Município e o acompanhamento da execução do orçamento municipal e as contratações e licitações realizadas.

As informações são oferecidas de duas formas: para aqueles que não dispõem de tempo ou de conhecimento aprofundado, o IRIS apresenta diversos painéis que trazem a informação já pronta, de forma gráfica, sem a necessidade de qualquer pesquisa ou conhecimento sobre questões orçamentárias. Assim são gerados painéis sobre a receita e a despesa municipais, com destaque para os gastos com atividades de zeladoria, como pavimentação e varrição, que são assuntos do dia a dia da cidade. Além disso, são apresentados dados sobre licitações e contratos públicos.

7. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

7.1. Execução Orçamentária e Financeira

A execução orçamentária e financeira abrange as entidades Tribunal de Contas do Município de São (TCMSP) e o Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (FEDTCMSP), evidenciados de forma consolidada.

7.1.1. Receitas

O TCMSP não arrecada receitas, recebendo, mensalmente, os duodécimos transferidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo. De outro lado, consoante dispõe o Art. 3º da Lei Municipal n.º 15.025/2009, o FEDTCMSP possui receitas próprias. No final do primeiro trimestre do exercício financeiro de 2026, o Fundo arrecadou 28,22% (R\$ 2.711.130,40) da receita total estimada (R\$ 9.605.481,00), conforme evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 7.1. – Receitas Orçamentárias Consolidadas

Rubricas	Receita Prevista (R\$)	Receita Realizada (R\$)	%
1 Receitas Correntes	9.605.481,00	2.711.130,40	28,22
1.1 Receitas Patrimoniais	9.291.153,00	2.615.539,45	28,15
Permissões de Uso	848.433,00	208.557,63	24,58
Fundos de Investimentos	4.244.400,00	1.464.573,50	34,51
Aplicações em CDB	4.198.320,00	942.408,32	22,45
1.2 Receitas de Serviços	300.732,00	95.590,95	31,79
Fotocópias	1.008,00	0,00	-
Consignações	297.276,00	95.111,95	31,99
Outros Serviços Administrativos	2.448,00	479,00	19,57
1.3 Outras Receitas Correntes	13.596,00	0,00	-
Multas e Juros - Contratos	7.536,00	0,00	-
Restituições de Despesas	2.604,00	0,00	-
Demais Receitas Correntes	3.456,00	0,00	-
2 Receitas de Capital	6.000,00	6.400,00	106,67
Alienação de Bens e Materiais	6.000,00	6.400,00	106,67
3 Receita Total	9.611.481,00	2.717.530,40	28,27

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.2. Despesas

No final do primeiro trimestre do exercício financeiro de 2026, as despesas executadas corresponderam 21,07% (R\$ 95.728.402,00) do total do orçado (R\$ 454.295.000,00), com

destaque para as despesas com pessoal, devido ao uso intensivo da força de trabalho para o cumprimento da missão desta E. Corte de Contas.

Quadro 7.2. – Despesas Orçamentárias Consolidadas

Grupos de Despesas	Orçamento Atualizado (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	%
Pessoal	454.295.000	95.728.402	21,07
Auxílios	96.682.000	30.218.469	31,26
Consumo	1.488.350	226.022	15,19
Serviços	60.255.300	37.673.154	62,52
Imobilização	22.195.000	7.785.783	35,08
Outras	4.049.831	2.566.382	63,37
Total	638.965.481	174.198.211	27,26

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

7.1.3. Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

As despesas do TCMSP compõem o orçamento do Poder Legislativo. No orçamento de 2026, a participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município de São Paulo totaliza 0,47%.

Quadro 7.3. – Participação do TCMSP no Orçamento-Geral do Município

Exercício	Dotação Inicial do Orçamento Municipal (R\$)	Dotação Inicial do Orçamento Consolidado do TCMSP (R\$)	%
2025	137.397.016.864,00	638.965.481,00	0,47

Fonte: Lei Municipal n.º 18.220/2024 (LOA 2025)

7.2. Gestão de Pessoas

7.2.1. Introdução

A área de gestão de pessoas do TCMSP é dirigida pela Gestão das Relações do Trabalho – GRT, fundamentada pela Lei nº 14.706 de 28 de fevereiro de 2008, a qual fica acrescida ao art. 6º da Lei 13.877 de 23 de julho de 2004, no inciso V- Gestão das Relações do Trabalho, art. 14, assim como pela Ordem Interna SG/GAB nº 08/2018.

O organograma que representa à GRT no TCMSP:



Os principais processos de trabalho da GRT atualmente são:

- Diagnóstico organizacional por meio da pesquisa do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento – LND;
- Desenvolvimento pessoal e profissional de servidores e gestores (consultorias/mentorias/monitoramento de cargos de gestão/atendimentos em geral),
- Capacitações técnicas e comportamentais (cursos abertos);
- Trilhas de Capacitação – organização e desenvolvimento de Trilhas técnicas e comportamentais;
- Programa Ecos do Comportamento: webinars realizadas pela GRT com especialistas convidados em temas relacionados à gestão de pessoas, para possibilitar aos gestores e membros da equipe do tribunal, de outros órgãos públicos e da sociedade em geral, o autoconhecimento, assim como o desenvolvimento de competências comportamentais e socioemocionais.
- Processo seletivo interno (Novos servidores e gestores) e movimentação interna de pessoal (realocação de servidores);
- Banco de talentos;
- Teletrabalho (definição e acompanhamento de perfil junto aos gestores);

- Coordenação dos programas de estágios para estudantes de ensino médio, técnico e superior.

Neste relatório serão apresentados os principais resultados do primeiro trimestre de 2026, extraídos dos Indicadores da Qualidade, alcançados tanto pela GRT, quanto por meio de parcerias estabelecidas com áreas que possuem interface de atuação, tais como a EGC, conforme segue:

7.2.1.1. Indicadores de Capacitação - Primeiro trimestre de 2026

Quadro 7.4. – Quadro de Indicadores de horas, participações, temas e investimento

Indicadores de Treinamento		Resultado Acumulado		Meta Anual (Previsão)	
Cursos: Carga Horária LND/EP	Extraplano	929 horas		Total: 21.500 horas/ano	
	LND	665 horas			
	Total	1.594 horas			
	Eventos Externos s/ custo	97	985		
	Eventos Externos c/ custo	0			
	Eventos Internos s/ custo	0			
	Online s/ custo	768			
	Online c/ Custo	120	609		
	Escola de Contas: s/ custo	609			
	Escola de Contas: In Company c/ custo	0			
	Total	1.594 horas			
Quantidade de Participações em cursos	Eventos Externos	6		103	
	Multiplicações	0			
	Eventos Internos	0			
	On line	97			
	Escola de Contas - In company	0		100	
	Escola de Contas – Eventos Abertos (online e presencial)	100			
	Total	203 (Participações)			
Quantidade de Temas	Eventos Externos	2		90	
	Multiplicações	0			
	Eventos Internos	0			
	On line	88			
	Escola de Contas - In company	15		15	
	Escola de Contas – Eventos Abertos (online)	0			
	Total	105 (Temas)			
Investimentos	GRT	R\$2.892,00		Orçamento para o ano de 2026	

	Escola de Contas	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00
Cursos/ Investimentos (R\$)	Total	R\$ 0,00	

Fonte: Indicadores da Qualidade – Ano 2026

Obs.: Os dados apresentados no quadro 1 poderão sofrer alterações, em função do recebimento de certificados de fornecedores de cursos em geral e da EGC, referentes ao exercício de 2026.

7.2.1.2. Comparativo - Realização de Capacitação Planejada (LND/GIEP) - anos 2026/2025

Quadro 7.5. – Indicador Quantitativo Comparativo dos resultados do LND/25 e LND/24

INDICADORES – PRIMEIRO TRIMESTRE	ANO 2026	ANO 2025
Carga Horária LND/GIEP	1.594	2.480
Eventos atendidos relacionados ao LND	39	11

Fonte: Indicadores da Qualidade – Ano 2026 e Ano 2025

7.2.1.3. Indicadores de Capacitação com base na Meta Anual - Áreas certificadas pela ISO/9001 (SCE/ETQC/GRT-URT) - Ano 2026

Quadro 7.6. – Indicadores das áreas certificadas

Indicadores	Resultado Acumulado	Meta 2026 9.200 horas
Carga horária/ano	752	
Investimento específico das áreas certificadas (R\$)	R\$ 0	
Nº de participantes atendidos	88	
Quantidade de Cursos/Eventos em geral - relativos às áreas certificadas	68	
Quantidade de Eventos correspondentes ao LND/2024 relativos às áreas certificadas	27	

Fonte: Indicadores da Qualidade Ano 2026

7.2.1.4. Trilhas de Capacitação – TCMSP

As trilhas de capacitação são atualizadas regularmente, para atender demandas educacionais que surgem no âmbito do tribunal. No primeiro trimestre não houve implantação de nenhum novo trilha.

7.2.1.5. Ecos do Comportamento

O Programa Ecos do Comportamento é uma iniciativa da GRT em parceria com a EGC, voltada à promoção do autoconhecimento e ao desenvolvimento de competências comportamentais e socioemocionais (soft skills) no âmbito do TCMSP. A ação se destina a gestores, demais servidores e ao público em geral, por meio da realização de entrevistas com profissionais reconhecidos na área de Gestão de Pessoas, proporcionando reflexões qualificadas e disseminação de boas práticas voltadas ao desenvolvimento humano e profissional.

7.2.1.6. Coordenação de Estágios – TCMSP

A Coordenação dos Programas de Estágios, vinculada à chefia da Unidade de Relações do Trabalho, exerce papel essencial na gestão de estagiários de ensino médio, técnico e superior no tribunal. É responsável pelo recrutamento e seleção, incluindo abertura de vagas no CIEE, triagem de currículos e definição de perfis em conjunto com as unidades, além da elaboração dos Planos de Atividades de estágio.

Também realiza a gestão dos estagiários, mantendo comunicação contínua, organizando entrevistas, prestando orientações, elaborando relatórios e conduzindo o processo de contratação e integração institucional, assegurando ambiente adequado e ações de formação.

Na área administrativa, controla o quadro de vagas, conduz renovações e aditamentos contratuais, acompanha a frequência, realiza o fechamento da folha de pagamento e providência, junto ao CIEE, a documentação necessária para o repasse financeiro mensal. Dessa forma, garante a execução integrada e eficiente de todas as etapas do programa de estágio.

Contratações, aditamentos de contrato e desligamentos de Estagiários – 4º Trimestre/2026

Em relação ao quadro de estagiários, no 1º trimestre de 2026 foram realizadas diversas atividades para atendimento às demandas das unidades do tribunal, tais como:

Abertura de Processos Seletivos: Foram iniciados processos seletivos para suprir as necessidades das unidades, resultando na contratação de 07 novos estagiários.

Aditamentos Contratuais: Houve a necessidade de aditar os contratos de 04 estudantes, ajustando as condições conforme as exigências e mudanças ocorridas.

Desligamentos: Foram efetuados 02 desligamentos de estagiários, sendo 01 em razão de término de contrato e 01 estagiário a pedido por interesse particular.

7.2.1.7. Atividades Diversas

A GRT/URT atua de forma integrada em iniciativas estratégicas do tribunal, com participação na Comissão de Planejamento Estratégico, representando a área de Gestão de Pessoas. No campo da transparência pública, integra grupo de trabalho voltado à avaliação do cenário atual do TCMSP e à proposição de melhorias para atendimento às exigências do PNTP, em alinhamento às diretrizes da Atricon, em atividade contínua.

No âmbito do desenvolvimento institucional, realiza o planejamento dos temas previstos no Plano de Desenvolvimento de Equipe (LND/26) e no Plano de Desenvolvimento Individual (PDI – GIEP), com base no acompanhamento dos resultados da pesquisa LND/2026, incluindo nesse primeiro trimestre de 2026, a tabulação dos dados e a elaboração de relatório organizacional encaminhado à Presidência, além de promover a divulgação de ações formativas alinhadas às necessidades identificadas e mentorias pontuais a gestores.

Destaca-se, ainda, a atuação conjunta com a SCE na estruturação do Banco de Talentos, direcionado a processos seletivos para funções de liderança, envolvendo análise curricular, entrevistas e elaboração de relatórios, iniciativa em andamento; assim como a implantação do Banco de Talentos do TCMSP, envolvendo todos os demais servidores.

A GRT também participa da comissão de Teletrabalho, contribuindo com a elaboração de relatório sobre o desempenho da gestão de pessoas na modalidade remota nas diversas unidades do tribunal.

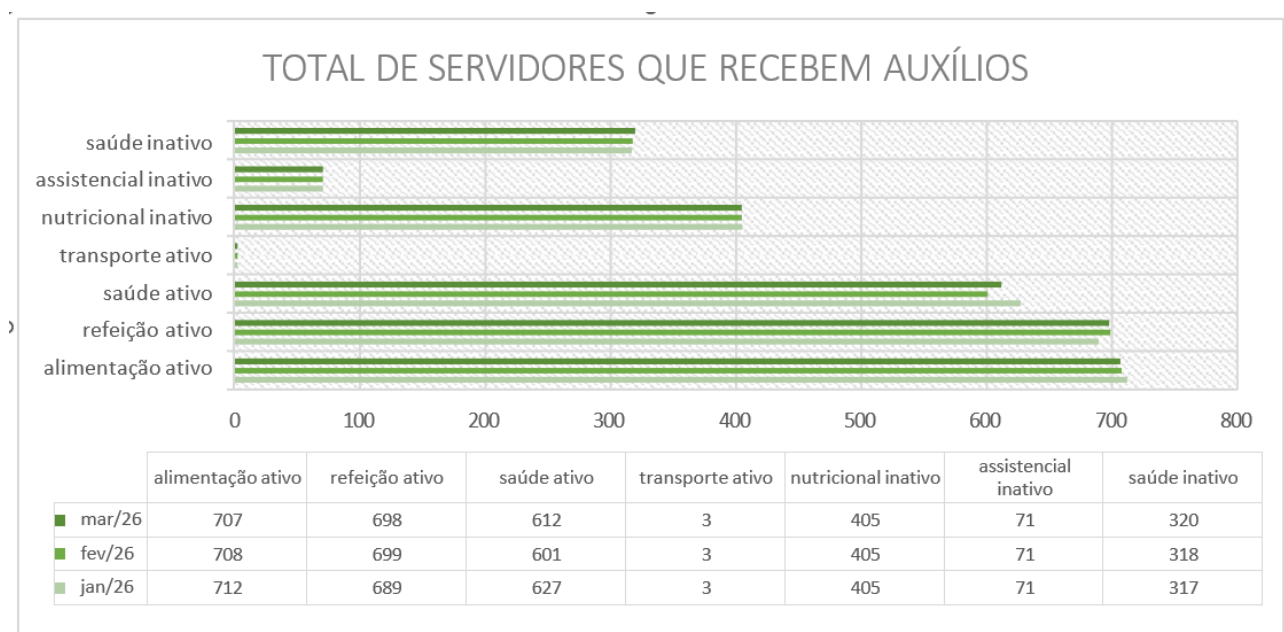
Adicionalmente, mantém contato contínuo com servidores participantes de cursos para promoção da multiplicação do conhecimento e pesquisa de cursos solicitados no LND/2026.

7.2.2. Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH)

Acompanhamento de leis, decretos, portarias, despachos e licenças médicas, cursos, palestras, publicadas diariamente no Diário Oficial da Cidade de São Paulo;

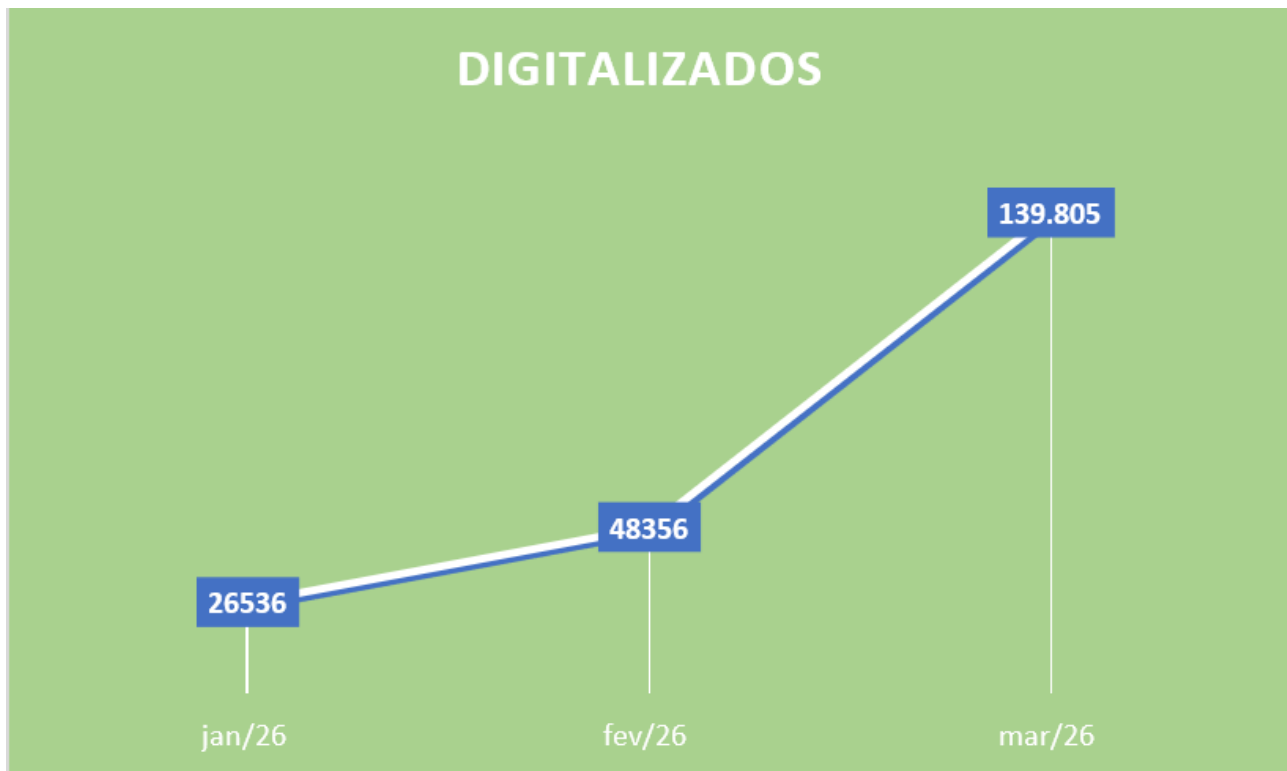
- Conferência e assinatura:
 - a) folhas de pagamento;

- b) cartas margens para empréstimo consignado com posterior envio às Instituições Bancárias conveniadas com esta Corte;
- c) declarações, certidões e ofícios;
- d) processos, expedientes, memorandos, relatórios, ofícios, publicações, cálculos, contratos e demais documentos afins;
- e) acompanhamento e conferência sistema de frequência dos servidores;
- f) conferência diária de portarias e assinatura de laudas para publicação;
- g) conferência e fechamento mensal da planilha para pagamento de auxílio saúde de todos os servidores ativos e inativos que optaram por receber o benefício;
- h) conferência e fechamento mensal da planilha para pagamento do auxílio alimentação para pagamento do benefício para todos os servidores ativos no TCMSP e nutricional para os servidores inativos (aposentados);
- i) conferência e liberação para auxílio refeição e transporte;



- Contatos Internos e externos;

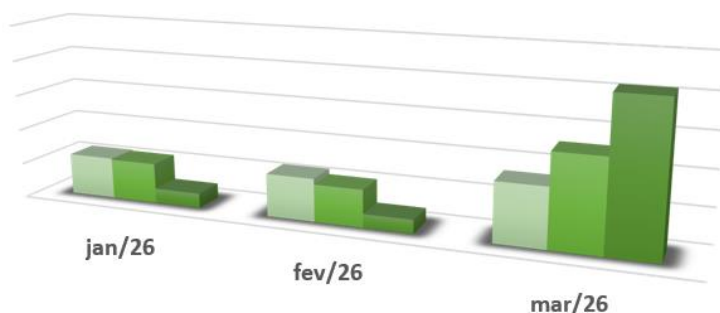
- Atendimento e orientações servidores ativos e inativos;
- Atendimento e orientações servidores no ingresso;
- Compra de coroa de flores e atendimento aos familiares em caso de falecimento;
- Digitalização de pareceres, legislações, documentos, processos e fichas funcionais.



- Controle de escala de férias servidores;
- Organização e arquivamento de documentos nas pastas internas da Coordenadoria;
- Participação em reuniões: Superior Administração, Secretaria Administrativa, Comissões Teletrabalho, Concurso, Paritária, PRODAM, IPREM e demais convocações;
- Digitação e assinatura de informações (adicionais, abono de permanência, enquadramento, aposentadoria, férias em pecúnia, auxílio-doença, ações de procedimento ordinário, auxílio funeral, abono remuneratório, horário de estudante, licença paternidade, licença maternidade, gala, nojo, exoneração, isenção de imposto de renda, cursos, nomeação, férias, lotação), relatórios, memorandos, ofícios e declarações;

- Processos/documentos - recepção, instrução, junção de documentos, análise, conferência, assinatura e tramitação;
- Atualização portal da transparência.

DOCUMENTOS E PROCESSOS - CRH

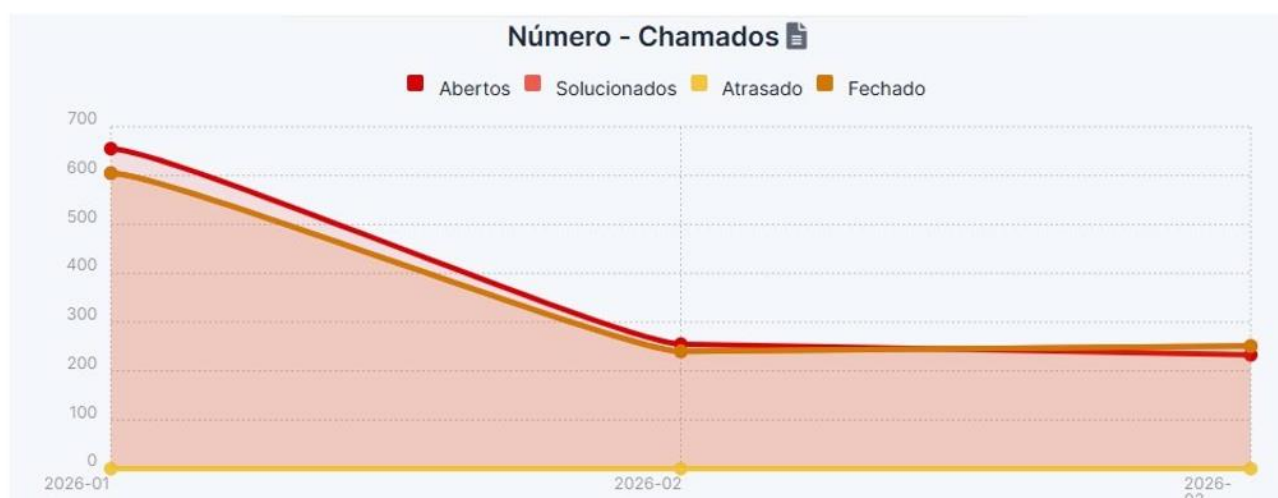


	jan/26	fev/26	mar/26	
■ entrada	235	243	334	
■ saida	229	212	515	
■ arquivados	84	78	831	

- Portarias – confecção, anexa em e-tcm para solicitação assinatura superior, publicação, envio para divulgação (quando for o caso), arquivamento;
- Publicações – confecção de lauda, conferência, envio para autorização chefe de gabinete/Secretário Administrativo, envio SEI;
- Contato diário com a equipe;
- Envio de senhas – quando solicitado via e-mail senha para acesso SIGPEC;
- Título de aposentadoria – fase final de processo de aposentadoria, confecção, conferência, assinatura da Presidência, junção em processo para prosseguimento de análise de área responsável;
- Recebimento e cadastramento de certificado – recepção de certificados via sistema EGC, via e-mail (certificados externos), cadastramento em sistema para fins de evolução funcional

e GIEP e posterior arquivamento;

- Recebimento de candidatos para posse e início de exercício;
- Implantação de sistema de frequência e acompanhamento de implantação em cada área do TCMSP e validação dos pontos;
- Cadastro e atualização de dados ESOCIAL;
- Ordem de lotação - recepção de solicitação autorizada pelo Secretário Administrativo, alteração sistemas sigpec, emissão de ordem de lotação e ciênciados interessados e NTI, posterior arquivamento;
- Ficha limpa – recepção de documento anual;
- Recadastramento de servidores ativos via sistema;
- Acompanhamento do Canal de atendimento servidores ativos.



- Portal dos aposentados;
- Acompanhamento e reunião para implantação do sistema de atividades diárias para teletrabalho/presencial e frequência dos servidores;
- Atualização e implantação de fluxo de trabalho (enquadramento, nojo, licença paternidade);
- Digitalização dos prontuários;

- Arquivamento e organização dos prontuários no ARQUIVO CRH DOCUMENTOS FUNCIONAIS e arquivo físico de prontuários CRH.

7.2.2.1. Unidade Técnica de Controle, Cadastros e Benefícios

- Recebimento de Laudo Médico Pericial DESS e confecção de lauda das licenças médicas;
- Contatos externos: servidores Inativos e Pensionistas;
- Digitalização de documentos;
- Base de dados de servidores ativos/inativos: DECLARAÇÃO DE FAMÍLIA WEB;
- Acompanhamento documentos Plano de Saúde – servidores inativos;
- Orientação entrega documentação após aposentadoria;
- Recadastramento inativos e ativos.

7.2.2.2. Unidade Técnica de Registro de Pessoal

- Instrução de processos e expedientes;
- Contagens de tempo (aposentadoria, adicionais e evolução funcional);
- Anotações e conferências diárias de ocorrências;
- Arquivo de documentação nos respectivos prontuários e pastas de controle;
- Encaminhamento mensal de folha de pagamento à Coordenadoria de Recursos Humanos;
- Digitalização de documentos funcionais;
- Confecção de carteiras funcionais e crachás de identificação;
- Levantamento de avaliação de desempenho dos servidores para efeito da aplicação da Lei Municipal nº 14.706/2008;
- Acompanhamento diário de leis, decretos, despachos, portarias e licenças médicas publicadas no DOC;
- Atualização de relação de cargos, lotação, horários de servidores e

cadastramentos;

- Emissão mensal de atos de admissão e contratação de pessoal;
- Emissão de atestados de frequência para comissionados.

7.2.2.3. Unidade Técnica de Folha de Pagamento

- Lançamentos: auxílio refeição, auxílio alimentação, auxílio saúde, empréstimos consignados, empréstimos hipotecários;
- Atualização de arquivos digitais;
- Cadastro: dependente de Isenção de Imposto de Renda, domicílio bancário;
- Cartas margens para empréstimo consignado – emissão;
- Certidões/ declarações – confecção e conferência;
- Controle e movimentação de ativos/inativos;
- Folha de pagamento – processamento (ativos e inativos), ficha financeira, IPREM, pagamentos suplementares;
- Holerites de comissionados – obtenção e organização;
- Instrução processo/expedientes
- IPREM - conferência/conciliação base de dados;
- Ocorrências - integração (conferência de lançamentos);
- Processos/documentos– entrada/saída(controle);
- Relatórios e planilhas de cálculos afins da área;
- Sistema Empresa de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(SEFIP) / Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (GFIP) – conferências/ simulação de fechamento/envio.

7.3. Gestão Patrimonial

Os bens objeto de controle são divididos em bens móveis, imóveis e intangíveis. A posição contábil sintética em 31.03.2026, líquida da depreciação e amortização, é a evidenciada no quadro abaixo:

Quadro 7.7. – Bens móveis, imóveis e intangíveis

Bens	Valor (R\$)	%
Bens imóveis	642.810.848	97,77
Bens intangíveis	14.665.345	2,23
Bens móveis	18.473.554	2,81
Total	657.476.193	100,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças

8. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) é encarregado de gerenciar, manter e aprimorar o ambiente tecnológico do TCMSP, garantindo a continuidade dos serviços, a segurança das informações e a modernização dos processos internos, em alinhamento ao Plano Estratégico 2025–2029 e aos eixos de Inovação, Transformação Digital, Segurança da Informação e Governança de TIC.

8.1. Unidade Técnica de Administração de Redes e Banco de Dados

Responsável pela sustentação do ambiente tecnológico e aquisição de novos equipamentos e tecnologias.

Destaca as seguintes atividades no período:

- Verificação diária, de forma remota e presencial, dos equipamentos do Datacenter, Servidores de acesso, links de telefonia, nobreaks, gerador, servidores de banco de dados, ar condicionado e demais equipamentos;
- Atualização de versões de sistemas, criação de estações virtuais para acesso remoto;
- Atualização de versão do sistema operacional de virtualização Nutanix;
- Atualização de versão do sistema operacional de virtualização VMware;
- Consolidação das rotinas de backup em Nuvem;
- Monitoramento da solução de Análise de Tráfego de Rede;
- Gerenciamento das licenças Microsoft 365;
- Realização de Prova de Conceito do sistema de telefonia com testes de novas funcionalidades;
- Prova de conceito sistema virtualizado HCI;
- Elaboração de Estudo Técnico Preliminar, DFD e Termo de Referência para aquisição de produtos Firewall;
- Estudo de ferramentas de XDR e EDR;

- Manutenção do Firewall;
- Gerenciamento de Contratos;
- Acompanhamento das instalações dos Links de Internet;
- Instalação do novo switch Core;
- Acompanhamento dos contratos Daten (Contratos 30/2025 e 31/2025) para aquisição de microcomputadores e notebooks;
- Continuidade do suporte ao Microsoft Outlook 365, Apps 365 e Copilot 365.

8.2. Unidade Técnica de Suporte ao Usuário

Responsável pelo suporte ao usuário, solucionando chamados técnicos relativos ao uso de nossos equipamentos, soluções e serviços. Destaca as seguintes atividades no período:

Abertura de chamados técnicos e orientação aos usuários:

8.2.1. Sistemas de conectividade;

- V.P.N., FortiClient, Parallels e e-TCM (token).

8.2.2. Sistemas e aplicativos de videoconferência;

- Microsoft Teams, Zoom e Google Meeting.

8.2.3. Sistemas corporativos.

- Canal de Atendimento NTI (GLPI), Microsoft Outlook (e-mail), Telefonia I.P., Aperfeiçoamento Contínuo, Átomo-Radar, Sigpec, SOF, Prodam, Controle Médico, TCM-RH, SisAlmox.

Atendimentos de suporte:

- Suporte técnico e infraestrutura para sessões plenárias;
- Suporte técnico e apoio para as mesas técnicas;
- Suporte técnico nos eventos institucionais;

- Alterações de layouts com implantação de cabeamento estruturado e conexões de rede;
- Suporte ao teletrabalho;
- Suporte ao trabalho presencial;
- Canal de Atendimento NTI – Sincronização de ocorrências com a UTARBD, UTDS e Suporte e-TCM;
- Apoio presencial para instalação de “tokens” (certificado digital);
- Implantação do sistema GLPI como nova ferramenta de gestão de chamados e atendimento ao usuário, incluindo treinamento, ajustes em formulários e expansão para outros departamentos;
- Suporte à implantação do Microsoft Copilot 365, com apoio aos usuários na adoção das licenças de produtividade com Inteligência Artificial.

Equipamentos

8.2.4. Gerenciamento e controle

- Microcomputadores e monitores;
- Notebooks;
- Impressoras;
- Scanners;
- Telefones I.P.s.

Gestão de contratos

- Contrato 10/2023, TC 007487/2023, empresa JGL Tecnologia LTDA;
- Contrato 15/2023, TC 010000/2023, empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA;
- Contrato 34/2024, TC 012035/2023, empresa Systech Sistemas e Tecnologia em Informática Ltda.;
- Contrato 35/2024, TC 012035/2023, empresa Anderson Amorim Rosa ME;

- Contrato 36/2024, TC 012035/2023, empresa R&R Equipamentos Eletrônicos LTDA;
- Contrato 09/2025, TC 001581/2025, empresa MCR Sistemas e Consultoria LTDA;
- Contrato 30/2025, TC 011058/2025, empresa Daten Tecnologia Ltda;
- Contrato 31/2025, TC 011200/2025, empresa Daten Tecnologia Ltda;
- Contrato 21/2025, TC 003530/2025, empresa Superdatta Tecnologia Ltda.

8.3. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Sistemas

Responsável pelo desenvolvimento e manutenção corretiva e evolutiva dos sistemas internos do TCMSP.

8.3.1. Sistemas desenvolvidos internamente

Durante o período, a tabela a seguir apresenta a quantidade de chamados para as demandas corretivas e evolutivas dos sistemas desenvolvidos pela unidade.

jan/2026 a mar/2026		
Grupo Técnico	Chamados Abertos no Período	Chamados Fechados no Período
NTI > N3 - Apoio ao Qlik	14	14
NTI > N3 - Apoio Técnico / Enable Team	32	29
NTI > N3 - Requisitos	2	2
NTI > N3 - Sistema de Internet/Intranet	39	45
NTI > N3 - Sistemas Administrativos	3	4
NTI > N3 - Sistemas Fluxos Processuais	28	25
NTI > N3 - Sistemas para Dados	23	20
NTI > N3 - Sistemas para Fiscalização	22	17
	TOTAL ABERTOS: 163	TOTAL FECHADOS: 156

8.3.2. Projetos estratégicos em desenvolvimento

No período, a UTDS atuou nos seguintes projetos estratégicos:

- Plenário Virtual – Desenvolvimento da Fase 01, com apresentação para o time interno em 13/02/2026 e início da homologação, conforme Resolução nº 24/2025;
- Portal do Jurisdicionado – Desenvolvimento em parceria com a empresa CAST, com reuniões de status report e alinhamento com a Coordenadoria Processual;
- Novo Portal TCMSP (Web) – Sprints mensais pela empresa Memora, incluindo gestão de conteúdo de páginas LGPD, Relatório Anual de Atividades e Transparência;
- MARA / CORA (Aud+IA) – Evolução de funcionalidades e detalhamento de Histórias de Usuário para os módulos CORA e MARA, com integração às bases do controle externo;
- Chat e-TCM (Nexus) – Em desenvolvimento com evolução contínua, atendimento ao público interno com IA conversacional;
- Portal de Transparência – Manutenção evolutiva, adequação à LAI e automação de fluxos;
- Sistema NJuris (Jurisprudência) – Retomada do planejamento, com estratégia de desenvolvimento por fases.

8.4. Inteligência Artificial

O NTI intensificou no período as iniciativas de Inteligência Artificial aplicada ao Controle Externo e à gestão interna, com destaque para a ampliação do uso do Copilot 365, o desenvolvimento de novos sistemas, como MARA, NJuris e continuidade do Aud + IA CORA.

8.5. Governança e Atividades Institucionais

O NTI participou ativamente das seguintes atividades institucionais e de governança no período:

- 40ª Reunião de Análise Crítica da Alta Direção (RACAD), realizada em 05/03/2026;
- Reuniões sobre a implantação da Transparência Ativa
- Oficina de Planejamento e Projetos (OPP) do NTI

- Participação na elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) 2026;
- Desenvolvimento da Política de Segurança da Informação, com aderência ao Plano Estratégico 2025–2029.

8.6. Cooperações Técnicas e Capacitação

No período, o NTI manteve e ampliou cooperações técnicas com outros órgãos e participou de eventos de capacitação:

- II ENIATEC IA – MG – Participação institucional no Encontro Nacional de Inteligência Artificial dos Tribunais de Contas (30/03 a 01/04/2026);
- Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento (LND/2026).

9. NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA – NAI

O Núcleo de Auditoria Interna, vinculado ao Gabinete da Presidência, atua como Unidade de Auditoria Interna no Modelo das Três Linhas, do Instituto dos Auditores Internos (IIA), e é responsável pela avaliação do Sistema de Controle Interno da entidade. A função da Auditoria Interna é ser um componente da governança pública, de modo a apoiar a instituição na proteção e aumento de valor organizacional.

9.1. Execução de Atividades por Tema

9.1.1. Gestão da Unidade

- Elaboração do Plano de Auditoria Interna para 2026.

9.1.2. Avaliação

- Avaliação do Fluxo dos Processos de Compras e Contratações de Serviços no âmbito do TCM.

9.1.3. Acompanhamento da Gestão Orçamentária e Financeira

- Verificação e assinatura dos demonstrativos quadrimestrais do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

10. ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS – TCMSP

10.1. Coordenadoria de Cursos de Extensão

Foram realizados 19 cursos de extensão, totalizando 2006 pessoas inscritas. Os cursos de extensão foram ministrados, em sua maioria, na modalidade *on-line*, permitindo o atendimento e fidelização de novos alunos de outras cidades do Brasil.

Além disso, foram iniciadas novas turmas do Projeto *Jovem Monitor Cultural*, uma parceria entre a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo, que oferece formação em gestão cultural para jovens.

Destaca-se, ainda, a realização do curso de extensão “Introdução ao Direito Financeiro Brasileiro – Turma 2”, promovido em parceria com o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), da Procuradoria Geral do Município de São Paulo (PGMSP). O curso foi oferecido na modalidade online, atendendo às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos objetivos estabelecidos no Acordo de Cooperação firmado entre o TCMSP e o CEJUR.

Registra-se, ainda, o curso de extensão “Machado de Assis, um brasileiro”, em parceria com o Centro Paula Souza.

Tabela 10.1 – Cursos de extensão realizados - 1º Trimestre de 2026

JANEIRO			
INÍCIO	FIM	CURSO	INSCRITOS
15.01.2026	22.01.2026	O ciclo de Políticas Públicas	53
20.01.2026	20.01.2026	Sobre a Amizade em Cícero e Agostinho: a política e a virtude	35
26.01.2026	26.01.2026	Direito e Políticas Públicas: Políticas Públicas sob a ótica da teoria geral dos direitos fundamentais	101
TOTAL DE INSCRITOS			189
FEVEREIRO			
INÍCIO	FIM	CURSO	INSCRITOS
05.02.2026	19.02.2026	Lei 14.133/2021 – Licitações e Contratos: foco em Dispensa e Inexigibilidade	383
23.02.2026	02.03.2026	Como Ler e Entender o Orçamento do Seu Município	167
23.02.2026	23.02.2026	Direito e Políticas Públicas: legitimidade do controle jurisdicional de políticas públicas e o Tema 698 do STF	53
TOTAL DE INSCRITOS			603

MARÇO			
INÍCIO	FIM	CURSO	INSCRITOS
09.03.2026	06.04.2026	Machado de Assis, um brasileiro	12
12.03.2026	26.03.2026	Fundamentos Conceituais e Políticos dos Orçamentos Sensíveis a Gênero (OSG)	64
20.03.2026	27.03.2026	A Lei n.º 14.133/2021 – Modalidades de Licitações	254
30.03.2026	30.03.2026	Serviço Público e Estado: Fundamentos Jurídicos e Mudanças Estruturais nos Séculos XX e XXI	105
TOTAL DE INSCRITOS			435
TOTAL GERAL			1.227

Fonte: Moodle

Tabela 10.2 – Formação realizada em parceria com o CEJUR – 1º Trimestre de 2026

INÍCIO	FIM	CURSO	INSCRITOS
11.03.2026	03.05.2026	Introdução ao Direito Financeiro Brasileiro – Turma 2	365
TOTAL PARCIAL DE INSCRITOS			365
TOTAL PARCIAL DE CURSOS			1

Fonte: E-mail CEJUR (04.05.2026)

Tabela 10.3 – Programa Jovem Monitor Cultural – 1º Trimestre de 2026

INÍCIO	FIM	CURSOS	INSCRITOS
02.03.2026	02.03.2026	Políticas Públicas e Realidades Municipais I (Sul)	47
09.03.2026	09.03.2026	Políticas Públicas e Realidades Municipais II (Norte)	40
09.03.2026	09.03.2026	Políticas Públicas e Realidades Municipais II (Sul)	47
16.03.2026	16.03.2026	Políticas Públicas e Realidades Municipais I (Leste)	62
16.03.2026	16.03.2026	Administração e Gestão pública I (Sul)	47
23.03.2026	23.03.2026	Direito Público (Sul)	47
06.04.2026	06.04.2026	Direito Público (Leste)	62
13.04.2026	13.04.2026	Políticas Públicas e Realidades Municipais II (Leste)	62
TOTAL PARCIAL DE INSCRITOS			414
TOTAL PARCIAL DE CURSOS			

Tabela 10.4 – Quadro Sintético – Cursos de Extensão, PJMC e CEJUR 1º Trimestre de 2026

Total Geral de Cursos no Trimestre	19
Total Geral de Inscritos no Trimestre	2006

Fonte: Elaboração Própria

10.2. Coordenadoria de Pós-Graduação

Sete turmas de Pós-Graduação – Especialização estavam em andamento, distribuídas em: 2 turmas de Especialização em Políticas Públicas, 2 turmas de Especialização em Direito

Administrativo, 1 turma de Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política e 2 turma de Especialização em Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas.

Destaca-se que, em fevereiro, tiveram início 3 novas turmas de cursos de pós-graduação, referentes ao Processo Seletivo de Cursos de Pós-graduação 2026, abrangendo as seguintes especializações: Políticas Públicas, Direito Administrativo e Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas.

Tabela 10.5 – Programas de pós-graduação – Turmas em andamento com aulas presenciais – 1º Trimestre/2026

Curso	Turma	Vagas disponibilizadas	Carga Horária	Número de alunos matriculados
Especialização em Políticas Públicas	901	35	450 h	31
Especialização em Direito Administrativo	902	35	450 h	25
Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política	903	50	450h	25
Especialização em Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas	904	35	450h	25
Especialização em Políticas Públicas	1201	35	450h	33
Especialização em Direito Administrativo	1202	35	450h	30
Especialização em Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas	1203	35	450h	34
Total de alunos matriculados:				203

Fonte: Moodle

10.3. Coordenadoria de Palestras e Eventos

Foram realizados 09 (nove) eventos a saber:

Tabela 10.6 – Eventos realizados – 1º Trimestre 2026

Data	Evento	Modalidade	Inscritos	Participantes	Visualizações Youtube – até 18/05	Eixo Temático
31.03.26	Oficina - Construa sua Jornada de Liderança Inovadora de Alto Desempenho Turma Fechada – Tribunal De Contas De Angola	ONLINE	54	35	n/a	Inovação (Ciência de Dados e Tecnologia) e Controle Externo
20.03.26	Oficina - Práticas de Conservação e Manutenção de Ferramentas	PRESENCIAL	9	8	n/a	n/a

	Turma Fechada – Colaboradores terceirizada - SA					
11.03.26	Panorama da Legislação Brasileira de Proteção às Mulheres	ONLINE	126	75	310	Políticas Públicas - Gênero
11.03.26	Sarau EGC Edição Especial Dia Internacional da Mulher	PRESENCIAL	n/a	Aprox. 50	n/a	Cultura
05.02.26	Aula Aberta - Burocracia e Direito à Cidade: equidade racial nas políticas urbanas	PRESENCIAL	89	59	n/a	Políticas Públicas - Redução das Desigualdades e Direitos Humanos
05.02.26	Aula Aberta - Políticas Públicas e Cidadania: Caminhos para a Equidade Racial e Social	PRESENCIAL	44	29	n/a	Políticas Públicas - Redução das Desigualdades e Direitos Humanos
04.02.26	Uso Ético e Responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia para a pesquisa acadêmica	ONLINE	118	45	260	Inovação (Ciência de Dados e Tecnologia) e Controle Externo
03.02.26	Boas-Vindas aos alunos das novas turmas da pós-graduação EGC (manhã)	PRESENCIAL	70	62	n/a	n/a
03.02.26	Boas-Vindas aos alunos das novas turmas da pós-graduação EGC (noite)	PRESENCIAL	35	31	n/a	n/a

Fonte: Moodle e documentos internos EGC

Além dos eventos mencionados, foi realizado o curso *in company* “Formação para Auditor Interno da Qualidade (ISO 9001:2025)”, nos dias 09, 10, 12 e 13 de março de 2026, ministrado de forma remota pela Fundação Vanzoloni, destinado à capacitação de até 35 servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

10.4. Coordenadoria de Parcerias e Convênios

Foram celebrados dois novos acordos de cooperação, respectivamente, com o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), da Procuradoria Geral do Município de São Paulo (PGMSP), e com o Centro Paula Souza.

No âmbito dessas parcerias, foram realizadas as seguintes atividades: o curso de extensão “Introdução ao Direito Financeiro Brasileiro – Turma 2”, promovido em parceria com o CEJUR, e

o curso de extensão “Machado de Assis, um brasileiro”, realizado em parceria com o Centro Paula Souza.

10.5. Revista Simetria do TCMSP

Em março de 2026, a Revista Simetria do TCMSP foi reconhecida com a prestigiosa classificação Qualis A3 da CAPES, o que indica a expectativa de aumento da quantidade e da qualidade dos artigos recebidos nas próximas edições.

No âmbito estratégico, a direção e as coordenações da EGC mobilizaram-se para sugerir uma lista com mais de 70 nomes para o Conselho Editorial, a qual foi encaminhada ao Gabinete do Conselheiro Supervisor para seleção e deliberação. A unidade de comunicação deu início à chamada especial de artigos pelos 10 anos da Revista.

Em termos operacionais, o trimestre foi dedicado à produção da 17ª edição, com a revisão e a diagramação realizadas pela própria equipe editorial. Neste ínterim, a Secretaria Administrativa agendou o pregão eletrônico para a ata de registro de preços dos serviços de apoio à editoração.

Quanto ao fluxo editorial, a Revista apresentou os indicadores do quadro que segue:

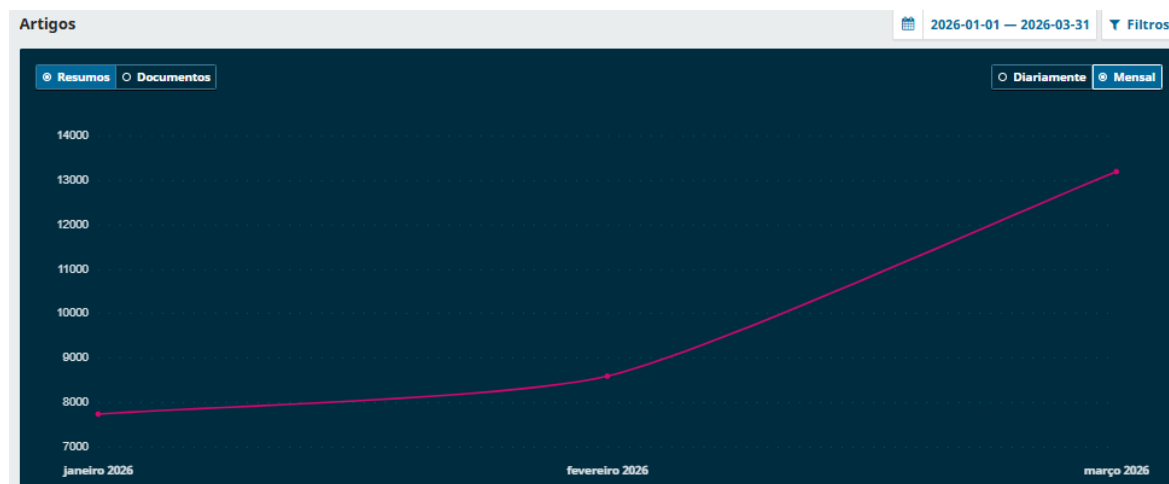
Figura 10.1 - Quadro de indicadores de atividade editorial

Atividade	Período 01/01/2026 – 31/03/2026	Acumulado (média anual)
Submissões recebidas	7	160 (27/ano)
Submissões aceitas	1	88 (20/ano)
Submissões recusadas	5	32 (5/ano)
Artigos publicados	Em preparação	90 (20/ano)
Submissões em andamento	38	

Fonte: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/stats/editorial>

As submissões recebidas no trimestre representam um volume relativamente confortável para assegurar 10 publicações por semestre. Aumentou também a quantidade de manuscritos recusados, o que resultou da organização do estoque, com a baixa daqueles que não atenderam às modificações recomendadas pelos avaliadores.

Figura 10.2 - Gráfico de *downloads* de artigos no período de 01/01/2026 a 31/03/2026.



Fonte: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/stats/publications/publications>

A figura 10.2 evidencia que a tendência de visualizações e downloads continua em alta, como nos trimestres anteriores.

Tabela 10.7 – Quadro dos artigos mais acessados no período de 01/01/2026 a 31/03/2026.

Título	Acessos		Total
	Resumos	Downloads	
CAMPOS et al. Mudança Climática e Saúde: A Cidade de São Paulo e as Políticas Públicas de Enfrentamento às Ondas de Calor	796	59	855
YAMAGUTI A Problemática da Habitação de Interesse Social no Município de São Paulo: Legislação, Políticas, Discursos E Práticas	535	181	716
PAIVA As garantias previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a contratação de obras e serviços de Engenharia: maior segurança para a Administração Pública ou desestímulo à competitividade?	626	27	693
Fortes Nascimento Ramos Nova Lei de Licitações como instrumento de Políticas Públicas para o incentivo no aumento da contratação da mulher no mercado de trabalho.	569	95	664
MERCES et al. A Política Habitacional na Cidade de São Paulo: Um Olhar dobre d Programa Pode Entrar	419	229	648
Lassance What is a policy, and what is a government program? A simple question with no clear answer, until now	480	123	603
Quaresma Leitão A boa-fé nas relações entre a administração pública e os seus administrados nos contratos administrativos	144	450	594
Gomes et al. Dispute boards e obras públicas: Uma proposta para maior efetividade a partir do uso da Teoria dos Jogos.	517	61	578
Silva A cidadania no Brasil: Histórias, Limites e Desafios	532	45	577
PRATES et al. Análise sobre a Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social nas Políticas Voltadas ao Acolhimento da População em Situação de Rua no Município de São Paulo entre anos de 2015 e 2020	481	72	553

Fonte: <https://revista.tcm.sp.gov.br/simetria/stats/publications/publications>

A tabela 10.7, com os 10 artigos mais acessados no período, indica a predominância dos eixos temáticos de Obras Públicas; Políticas Públicas (Habitação, Ambiente); Licitações e Contratos; e Direito Público.

10.6. Observatório Políticas Públicas (OPP)

A atuação do Observatório de Políticas Públicas (OPP) contemplou, além da gestão regular dos grupos de trabalho, as atividades elencadas nas tabelas a seguir:

Tabela 10.8. Resumo das Atividades da Coordenação do OPP

Data	Atividade
13.01.2026	Reunião de benchmarking – CGM e Observatório de Políticas Públicas do TCM-SP.
23.01.2026	Reunião sobre curso de Análise de Dados para Políticas Públicas na EGC.
27.01.2026	Reunião OPP e Comunicação.
29.01.2026	Reunião DataSP / OPP.
03.02.2026	Reunião Comunicação e OPP.
03.02.2026	Aula de abertura da Pós-Graduação em Análise de Dados.
05.02.2026	Reunião UNICEF e TCM-SP.
13.02.2026	Planejamento OPP – Grupo de Trabalho Saúde.
20.02.2026	Reunião OPP, CODAE e ObSANPA.
23.02.2026	Reunião IEA-USP.
23.02.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
26.02.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
27.02.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
02.03.2026	Reunião OPP e Comunicação – site do OPP.
02.03.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
03.03.2026	Reunião de Coordenação do OPP.
03.03.2026	Reunião PDI – Plano Anual do OPP.
04.03.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
05.03.2026	Reunião de planejamento de eventos do OPP.
05.03.2026	Reunião do Comitê do OPP.
06.03.2026	Reunião OPP e NTI.
09.03.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
12.03.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
13.03.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
16.03.2026	Reunião com candidatos a professores da Pós-Graduação em Análise de Dados.
16.03.2026	Reunião OPP – multiplicação MBA.
17.03.2026	Atividade de ensino – Pós-Graduação (Geoprocessamento e Cidades Inteligentes).
19.03.2026	Reunião de Planejamento do OPP / Comitê do OPP.
31.03.2026	Reunião OPP e FGV Analytics.

Fonte: Própria

As atividades dos Grupos de Trabalho do OPP estão resumidas nos quadros a seguir:

Tabela 10.9 – Resumo das Atividades dos Grupos de Trabalho (GT) do OPP – 3º Trimestre/2024

Grupo de Trabalho Educação
- Reunião para a atualização do planejamento do GT Educação, definição de estratégias, diretrizes e prioridades para o desenvolvimento dos projetos. - Reunião com Coordenadores para alinhamento de questões relacionadas aos projetos dos Grupos e Trabalho - Reunião entre os componentes do Grupo de Trabalho para introdução e discussão sobre possíveis projeto - Reuniões internas da coordenação do GT para o planejamento das atividades do semestre - Reunião de planejamento OPP e encaminhamento dos projetos do GT Educação. - Análise de temas e ideias propostos em reuniões do GT, definição dos temas dos projetos e de produtos para publicação.
Grupo de Trabalho Urbanismo
- Reunião GT Urbanismo - 26/01/26 - Reunião Projeto Frota Elétrica - GT Urbanismo - 09/01/26 - Participação no Podcast, PodObservar – “Um retrato urbano da cidade de São Paulo visto pelo DataSP” - 24/02/26 - Reunião do Comitê OPP - 05/02/26 - Reunião GT Urbanismo - 09/02/26 - Reunião GT Urbanismo - 23/02/26 - Reunião com Ricardo Panato e Egle Monteiro, sobre CCD – Cidades resilientes a inundação, projeto IPT/FAPESP, sobre termo de convênio com TCMSP - 26/02/26 - Participação como ouvinte da mesa técnica “Programa Pode Entrar” 26/02/26 - Reunião sobre CCD – Cidades resilientes a inundação, projeto IPT/FAPESP, coordenado por Filipe Falceta, com a participação de integrantes do projeto - 02/03/26 - Reunião do Comitê OPP - 05/03/26 - Reunião GT Urbanismo e SMUL (Danilo e Steffano), sobre fornecimento de dados do IPTU - 12/03/26 - Reunião GT Urbanismo - 16/03/26 - Reunião do Comitê OPP - 19/03/26 - Reunião com coordenadoras do GT Urbanismo e OPP - 25/03/26 - Atividades com Instituto Alana – Elaboração de Projeto para Mapas Participativo - 30/03/26
Grupo de Trabalho Saúde
- Participação do GT Saúde com a Coordenação do Observatório do Políticas Públicas e Analistas de Dados para finalizar o regimento interno e realizar o planejamento de 2026 - reuniões em 13/02/2026; 05/03/2026; 19/03/2026; 09/04/2026; 23/04/2026 - Reunião do GT para elaboração do planejamento do GT para 2026 e resolução das diretrizes para a continuidade do desenvolvimento do DATA SP e do MAPA DA SAUDE - Reuniões em 25/02/2026 ;12/03/2026; 17/03/2026; 02/04/2026 - Realização de reuniões técnicas com os membros do GT Saúde para a construção, reformulação e novas definições do site. (04/02) - Reuniões do GT Saúde para estruturar o evento de maio – 27/04/2026 e 30/04/2026 - Reunião Técnica com os especialistas, na Escola de Gestão de Contas para colher o feed back do Painel de Dados: 18/03/2026 e 02/04/2026.
Grupo de Trabalho Gênero
- Reuniões ordinárias quinzenais do GT, de caráter administrativo e formativo: 30/01; 20/02; 26/03. - Reuniões de planejamento anual do Comitê do Observatório de Políticas Públicas: 22/01; 05/02; 05/03; 19/03. - Orientação e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela estagiária vinculada ao GT Gênero. - Participação na audiência da Gevid realizada em 06/03. - Participação em reunião institucional com o TCE Maranhão realizada em 26/03. - Realização de atividade formativa na Brasilândia em 28/03. - Participação no seminário da EMASP/OSG realizado em 24/02. - Organização e desenvolvimento do Curso de Extensão “OSG e a experiência do DATA SP” 12, 19 e 26 de março de 2026. - Participação no evento “Panorama da Legislação Brasileira de Proteção à Mulher”, realizado em 11/03. - Desenvolvimento de campanha de divulgação dos equipamentos e canais de atendimento às mulheres vítimas de violência no município de São Paulo - Participação nas atividades ordinárias de planejamento e acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Observatório de Políticas Públicas do TCMSP.

Fonte: Própria

ANEXO I – TCMSP EM NÚMEROS (1º Trimestre de 2026)

TCMSP em Números – 1º Trimestre 2026	
	TOTAL
Processos de Fiscalização Autuados	108
Auditorias	22
Acompanhamentos	22
Representações	48
Análises	6
Inspeções	1
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	9
Processos de Fiscalização Julgados	196
Auditorias	9
Acompanhamentos	63
Representações	48
Análises	49
Inspeções	9
Outros (ex: Petição, Consulta etc)	18
Benefícios Mensuráveis das Ações de Controle Externo* (em R\$)	1.102.400.000,00
Benefício Efetivo (Durante a ação de controle) (em R\$)	468.800.000,00
Benefício Potencial (em R\$)	4.900.000,00
Proposta de Benefício Potencial (em R\$)	628.700.000,00
Licitações Suspensas Cautelamente	7
Fiscalizações Concluídas	3.655
Auditorias	3
Acompanhamentos	15
Representações	51
Análises (exceto pensões e aposentadorias)	3.367
Inspeções	3
Informações gerais (levantamentos, ouvidoria, informações periódicas)	27
Retorno	40
Manifestações	149
Atos de Pessoal Apreciados	2.396
Alertas Emitidos (LRF, Limite de Pessoal etc.)	1
Mesas Técnicas Realizadas	1

ANEXO II – ÓRGÃOS JURISDICIONADOS DO TCMSP (1º Trimestre de 2026)

Órgãos jurisdicionados do TCMSP em 2026:

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
41814509000155	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	SP Regula	Autarquia	João Antonio
21154061000183	Agência São Paulo de Desenvolvimento	ADESAMPA	Fundação Privada	Roberto Braguim
15359708000100	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	AMLURB	Autarquia	Eduardo Tuma
50176288000128	Câmara Municipal de São Paulo	CMSP	Legislativo	Roberto Braguim
Não disponível	Centro de Estudos Jurídicos Lucia Maria Moraes Ribeiro de Mendonça	CEJUR	Executivo	Roberto Braguim
47902648000117	Companhia de Engenharia de Tráfego	CET	Soc. de Economia Mista	João Antonio
60850575000125	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	COHABSP	Soc. de Economia Mista	Ricardo Torres
11697171000138	Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos	SPDA	Soc. de Economia Mista	João Antonio
29599447000100	Controladoria Geral do Município	CGM	Executivo	Roberto Braguim
21278214000102	Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.	SPCINE	Soc. de Economia Mista	Eduardo Tuma
43076702000161	Empresa Tecnologia Inform. Comun. do Mun.S.Paulo -PRODAM-SP S/A	PRODAMSP	Soc. de Economia Mista	Roberto Braguim
Não disponível	Encargos Gerais do Município	EGM	Executivo	Roberto Braguim
57357787000160	Escola Superior de Direito Público Municipal da Procuradoria Geral do Município	ESDPM	Executivo	Roberto Braguim
07039800000165	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	FUNDATEC	Fundação Pública	Roberto Braguim
15913253000123	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	FTMSP	Fundação Pública	Eduardo Tuma
47808607000166	Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo	FAASP	Fundo	João Antonio
14460803000133	Fundo de Desenvolvimento Urbano	FUNDURB	Fundo	Eduardo Tuma
14193376000174	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Área do Projeto Luz	FUNPATRI	Fundo	Eduardo Tuma
14193363000103	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	FUNCAP	Fundo	Eduardo Tuma
57132166000189	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município	FEPGMSP	Fundo	Roberto Braguim

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
14183064000180	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	FECAM	Fundo	Roberto Braguim
14356446000168	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo	FETCMSP	Fundo	João Antonio
14127749000109	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	FEPAC	Fundo	Eduardo Tuma
15494977000180	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	FEMA	Fundo	Eduardo Tuma
46252639000165	Fundo Financeiro	FUNFIN	Fundo	Roberto Braguim
13864377000130	Fundo Municipal da Saúde	FMS	Fundo	Roberto Braguim
97541718000127	Fundo Municipal de Assistência Social	FMAS	Fundo	João Antonio
47844572000110	Fundo Municipal de Combate à Fome	FUMCAF	Fundo	João Antonio
26434500000125	Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	FMDC	Fundo	Roberto Braguim
14583620000105	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	FMDT	Fundo	João Antonio
28514864000140	Fundo Municipal de Desenvolvimento Social	FMD	Fundo	João Antonio
53116329000189	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	FMESP	Fundo	Eduardo Tuma
14840989000156	Fundo Municipal de Habitação	FMH	Fundo	Ricardo Torres
15580207000150	Fundo Municipal de Iluminação Pública	FUNDIP	Fundo	João Antonio
14289567000134	Fundo Municipal de Inclusão Digital	FUMID	Fundo	Roberto Braguim
23780940000146	Fundo Municipal de Limpeza Urbana	FMLU	Fundo	Eduardo Tuma
20989899000124	Fundo Municipal de Parques	FMP	Fundo	Eduardo Tuma
15768031000164	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	FMSAI	Fundo	Ricardo Torres
14335109000194	Fundo Municipal de Turismo	FUTUR	Fundo	Roberto Braguim
26214195000166	Fundo Municipal do Idoso	FMI	Fundo	João Antonio
43475141000173	Fundo Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	FUNTER	Executivo	Roberto Braguim
97537776000187	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FUMCAD	Fundo	João Antonio
46252357000168	Fundo Previdenciário	FUNPREV	Fundo	Roberto Braguim
46854998000192	Hospital do Servidor Público Municipal	HSPM	Autarquia	Roberto Braguim

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
47109087000101	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	IPREM	Autarquia	Roberto Braguim
46395000000139	Prefeitura do Município de São Paulo	PMSP	Executivo	Roberto Braguim
46392072000122	Procuradoria Geral do Município	PGM	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
28743311000160	São Paulo Investimentos e Negócios	SPIN	Soc. de Economia Mista	João Antonio
11958828000173	São Paulo Obras	SPObras	Empresa Pública	Ricardo Torres
11702587000105	São Paulo Parcerias S.A	SP Parcerias	Soc. de Economia Mista	João Antonio
60498417000158	São Paulo Transporte S/A	SPTans	Soc. de Economia Mista	João Antonio
62002886000160	São Paulo Turismo	SPTuris	Soc. de Economia Mista	Roberto Braguim
43336288000182	São Paulo Urbanismo	SPUrbanismo	Empresa Pública	Eduardo Tuma
46395000000139	Secretaria do Governo Municipal	SGM	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
Não disponível	Secretaria Especial de Relações Institucionais	SERI	Secretaria Especial	Ricardo Torres
Não disponível	Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias	SEDP	Secretaria Executiva	João Antonio
Não disponível	Secretaria Executiva de Mobilidade e Trânsito	SEMTRA	Secretaria Executiva	João Antonio
Não disponível	Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas	SECLIMA	Secretaria Executiva	Ricardo Torres
Não disponível	Secretaria Executiva de Planejamento e Eficiência	SEPLAN	Secretaria Executiva	Ricardo Torres
Não disponível	Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos	SEPE	Secretaria Executiva	Ricardo Torres
Não disponível	Secretaria Executiva do Programa Mananciais	SEPM	Secretaria Executiva	Eduardo Tuma
46392130000118	Secretaria Municipal da Fazenda	SF	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
08082743000160	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	SMPED	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
46392148000110	Secretaria Municipal da Saúde	SMS	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
49269236000117	Secretaria Municipal das Subprefeituras	SMSUB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
60269453000140	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	SMADS	Secretaria Municipal	João Antonio
49269244000163	Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa	SMC	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
04537740000112	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho	SMDET	Secretaria Municipal	Roberto Braguim

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
07420613000127	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	SMDHC	Secretaria Municipal	João Antonio
46392114000125	Secretaria Municipal de Educação	SME	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
46392122000171	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	SEME	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
49269251000165	Secretaria Municipal de Gestão	SEGES	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
46392106000189	Secretaria Municipal de Habitação	SEHAB	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
46392171000104	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	SIURB	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
46392163000168	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia	SMIT	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
04545693000159	Secretaria Municipal de Justiça	SMJ	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
46392155000111	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte	SMT	Secretaria Municipal	João Antonio
31560607000150	Secretaria Municipal de Relações Internacionais	SMRI	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
05245375000135	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	SMSU	Secretaria Municipal	Ricardo Torres
45000431000196	Secretaria Municipal de Turismo	SMTUR	Secretaria Municipal	Roberto Braguim
33840043000134	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	SMUL	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
74118514000182	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	SVMA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
Não disponível	Secretário Especial de Comunicação	SECOM	Secretaria Especial	Ricardo Torres
Não disponível	Secretário Executivo do Gabinete do Prefeito	SEGP	Secretaria Executiva	Roberto Braguim
47261292000180	Serviço Funerário do Município de São Paulo	SFMSP	Autarquia	João Antonio
05587519000131	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	SUB-AF	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05546795000151	Subprefeitura Butantã	SUB-BT	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05604369000127	Subprefeitura Campo Limpo	SUB-CL	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05658440000154	Subprefeitura Capela do Socorro	SUB-CS	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05563306000170	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	SUB-CV	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05587823000189	Subprefeitura Cidade Ademar	SUB-AD	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05529895000170	Subprefeitura Cidade Tiradentes	SUB-CT	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
05612822000147	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	SUB-EM	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
06108854000172	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	SUB-FB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05667941000105	Subprefeitura Guaianases	SUB-G	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05636771000193	Subprefeitura Ipiranga	SUB-IP	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05579739000113	Subprefeitura Itaim Paulista	SUB-IT	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
06056497000146	Subprefeitura Itaquera	SUB-IQ	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05659015000180	Subprefeitura Jabaquara	SUB-JA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05655070000100	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	SUB-JT	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05658353000105	Subprefeitura Lapa	SUB-LA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05510098000140	Subprefeitura M'Boi Mirim	SUB-MB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05611299000134	Subprefeitura Mooca	SUB-MO	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05494401000169	Subprefeitura Parelheiros	SUB-PA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05640843000176	Subprefeitura Penha	SUB-PE	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05539998000110	Subprefeitura Perus/Anhanguera	SUB-PR	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05649898000147	Subprefeitura Pinheiros	SUB-PI	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05629151000127	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	SUB-PJ	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05652348000187	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	SUB-ST	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05568649000127	Subprefeitura Santo Amaro	SUB-SA	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05639268000191	Subprefeitura São Mateus	SUB-SM	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05535758000148	Subprefeitura São Miguel Paulista	SUB-MP	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
19153572000139	Subprefeitura Sapopemba	SUB-SB	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05499294000161	Subprefeitura Sé	SUB-SE	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05515743000118	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	SUB-MG	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
05626770000168	Subprefeitura Vila Mariana	SUB-VM	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma

CNPJ	Nome	Sigla	Esfera Governo	Relator
05969123000159	Subprefeitura Vila Prudente	SUB-VP	Secretaria Municipal	Eduardo Tuma
50176270000126	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	TCMSP	Legislativo	João Antonio